



Anais da Assembléia

Nº 090

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BÁSLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DULÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Báslcio Zanusso - Dulílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Osmário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 66.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães e Rossoni (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofício:

OFÍCIO N.^o 2287/93

Senhor Presidente.

Venho, através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 5 de julho, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 2471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para os Projetos de Lei n.^{os} 181/93 (Mensagem n.^o 014/93), 279/93 (Mensagem n.^o 031/93).

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N.^o 2545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.^o 2515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei n.^o 181/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N.^o 2473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de V. Exa., solicitar após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.^o 243/93 de minha autoria e que sejam tomadas as providências legais e regimentais cabíveis.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO N.^o 2544

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, destaque para a votação da emenda do Projeto de Lei n.^o 130/93, n.^o 32.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Domingos Carvalho, Ademar Traiano, Luiz Carlos Zuk, Emilia Belinati,

Paulo Maia, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Oswaldo Trevisan, Eurides Moura, Neivo Beraldin, Toti Colaço, Algaci Túlio, Severino Félix, Nelson Garcia e Alceu Swarowski.

REQUERIMENTO N° 2519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Comissão Geral de Plenário, para dar parecer ao Projeto de Lei n° 279/93, e que o mesmo seja colocado como último projeto a ser apreciado no dia 06 de julho de 1993.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Cleiton Kielse, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato, Costenaro Neto, Duílio Genari, Hermas Brandão, Edson Silva Lino, Oswaldo Trevisan, Alceu Swarowski, Nilton Barbosa, José Arthur Ritti, Nereu Alves de Moura, Severino Félix, Toti Colaço e Eurides Moura.

REQUERIMENTO N° 2497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvir o douto Plenário, REQUER manifestação desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, José Moacir Favetti, no sentido de atender reivindicação dos moradores do Jardim Dom Bosco, Jardim da Ordem e Comunidade Urbana, de Curitiba, conforme abaixo assinado anexo, de prestação de serviço ostensivo de segurança pública, especificamente através da construção de módulos policiais e designação de contingente policial militar para atender as localidades.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A segurança pública é uma das prioridades do Governo do Estado para as regiões de grande aglomerado urbano. Assim, deve atender, dada a premência da situação em que se encontram as comunidades do Jardim Dom Bosco, Jardim da Ordem e Comunidade Urbana, principalmente se relevadas as ocorrências de assaltos, tiroteios e até tráfico de entorpecentes, conforme denunciavam as suas lideranças comunitárias, as reivindicações apresentadas.

REQUERIMENTO N° 2846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio, ao Poder Executivo, do anteprojeto de lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras

sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) TOTI COLAÇO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7%, o ICMS incidente na comercialização do ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor, 60 dias após a sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio, ao Poder Executivo, do anteprojeto de Lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o Assunto em tela.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O crescimento desenvolvimentista do Paraná, chega ao Município de Prudentópolis.

O crescimento do Município está se fazendo sentir na falta de espaço físico no prédio da Prefeitura, onde constata-se o acúmulo dos setores administrativos, trazendo com isso algumas dificuldades aos munícipes, que dependem diretamente de ações e práticas funcionais mais céleres.

A preocupação da atual Administração é justamente dotar o Município de mecanismo administrativo que permita garantir comodidade e rapidez aos seus usuários.

Neste sentido, com a doação pretendida, e que encontra-se ociosa, o Município, em parte, resolverá, as suas necessidades de espaço físico.

Cabe ainda destacar, que o referido imóvel encontra-se abandonado, o que é extremamente lamentável do ponto de vista desta conjuntura.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O Poder Executivo Estadual reduziu em até 7%, o ICMS incidente na comercialização da areia e pedra-brita, utilizada na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor, 60 dias após a sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zulmiro Antonio Ruaro, e o envio de Expediente para a família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Zulmiro Antonio Ruaro foi um amigo, cuja morte todos nós lamentamos profundamente. Seu nome será sempre lembrado com respeito e carinho, especialmente em Toledo e Francisco Beltrão, municípios paranaenses que ajudou a fundar e construir.

Temos absoluta certeza de que a memória do Sr. Zulmiro será sempre motivo de saudades para os seus amigos.

Ao longo de sua vida, ele conquistou a simpatia e o afeto de todos nós, que mais do que nunca, o admiramos pelo exemplo de vida que deixou.

REQUERIMENTO N° 2514

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, Votos de Profundo Pesar pelo falecimento do Doutor Eurico Baptista Rosas, com 78 anos de idade, ocorrido no dia 05 de julho do corrente, nesta capital.

O Doutor Eurico Baptista Rosas nasceu em Ponta Grossa, em 10 de janeiro de 1915 e era filho do Sr. Euzébio Baptista Rosas e Maria Joana Rosas. Era Engenheiro de Minas e Civil e professor de Geografia Física na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da "Princesa dos Campos".

Grande político e eminente homem público exerceu cargos tanto no Legislativo quanto no Executivo, eleito pelo voto popular.

Foi Vereador de Ponta Grossa de 22.11.47 a 22.11.51.

Foi Prefeito Municipal de Ponta Grossa de 22.11.59 a 31.12.62;

Foi também Secretário de Viação e Obras do Estado e Deputado Estadual, por 4 legislaturas consecutivas: de 1955 a 1958, de 1959 a 1962, de 1963 a 1967 e de 1967 a 1971.

Era casado com a Sra. Wilma Batista Rosas e tinha 02 filhos, Neuza Cunha Souza (casada com Teófilo Cunha Souza), e Osmar Batista Rosas (casado com Marilise Batista Rosas), 05 netos e um bisneto.

Com seu falecimento, o Doutor Eurico Baptista Rosas, abre uma imensa lacuna no coração, não só de seus familiares, amigos e conhecidos como também de todo o povo Ponta-grossense e do Paraná, que teve o

privilegio de poder contar com o trabalho e dedicação desse grande homem público.

O tempo e a distância jamais poderão apagar a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através destes Deputados, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando Votos de Profundo Pesar para residência sita Rua Coronel Bittencourt, 85 em Ponta Grossa/Pr.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 2516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa e comunicado à família enlutada, na pessoa da viúva Virginia Ruaro, à Av. Água Verde, 628, Bairro Água Verde - Curitiba, Cep. 80620-200, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Zulmiro Antonio Ruaro, fundador da cidade de Toledo, ocorrido no dia 1° de julho do corrente.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) DUILIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

Em data de 23 de março de 1946, após 32 dias da viagem iniciada no Rio Grande do Sul, chegava numa clareira ao lado do Aroio Toledo, o primeiro grupo de homens, chefiado pelo Senhor Zulmiro Antonio Ruaro.

Veio enfrentar a mata e o desconhecido, cabendo-lhe a missão de fundar ali uma sede, onde centralizariam os trabalhos administrativos de implantação de uma nova colonização.

Os problemas enfrentados no início não se limitavam aos imprevistos e aos desconhecidos obstáculos que a estranha selva apresentava.

Havia também a crucial falta de alimentos, meios de comunicação e estradas.

A valentia e espírito empreendedor do grupo, chefiado e liderado por Zulmiro Ruaro, em nada se deixou intimidar. Foram superados a tudo e a todos os obstáculos que se apresentavam.

Hoje Toledo é uma cidade de médio porte, com mais de 100.000 habitantes, cujo exemplo de Zulmiro Antonio Ruaro todos seguiram, trabalhando e produzindo para o município, Região Oeste do nosso Estado do Paraná.

Estamos de luto, Zulmiro Ruaro nos deixou aos 81 anos de idade.

Nos deixa em vida, porém, permanecerá sempre junto com todo o povo de Toledo e do Paraná, pois foi um bravo desbravador do sertão para o engrandecimento de todos

nós.

Com a aprovação deste requerimento temos a certeza que todos desta Casa se associam à dor e ao luto pelo falecimento do fundador de Toledo.

REQUERIMENTO N° 2472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações pela eleição da mesa diretora do Rotary Clube de Rio Negro, tendo a frente, como presidente, para o biênio 93/94, o senhor Luiz Fernando Ramos Pinheiro, e como companheiros na condução dos destinos daquela entidade o senhor Paulo Heyse, Vice-Presidente, Julio Cesar Paluch, Secretário, Valmir Perreto, Tesoureiro e Ricardo Poncirenas Sanadrigas, Diretor de Protocolo.

Da decisão desta Casa, pede que seja dada ciência aos homenageados, através da caixa postal n° 06 de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI.

JUSTIFICATIVA:

Os membros integrantes do Rotary Clube de Rio Negro elegeram para a condução dos trabalhos daquela entidade, para o biênio 93/94, o Senhor Luiz Fernando R. Pinheiro e demais companheiros já nominados no presente, os quais, integrantes de uma equipe coesa, levarão adiante, com competência e dignidade, os trabalhos desenvolvidos em benefício da coletividade rionegrense, a nossa certeza que aquele Clube de Serviços estará sempre a frente das realizações comunitárias, como sempre provou ao longo de sua história.

REQUERIMENTO N° 2496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Congratulações pelos 39 anos do matutino pontagrossense "Jornal da Manhã, transcorrido no último dia 04 de julho.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O matutino Jornal da Manhã comemorou no último dia 04 de julho, trinta e nove anos de serviços a comunidade ponta-grossense.

Através deste requerimento, solicitando voto de congratulações, além de parabenizar a sua direção, através do empresário Gustavo Horst e de sua esposa, Leandrina Horst, que com dedicação e entusiasmo levam adiante o ideal de transformar a Cidade de Ponta Grossa para melhor, é uma forma de justiça pelo muito que o Jornal da

Manhã tem feito pela Princesa dos Campos e região.

REQUERIMENTO N° 2499

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações pela comemoração do Dia do Bombeiro, ocorrida no dia 02 de julho próximo passado.

Que do teor do presente de-se ciência ao Comandante da Polícia Militar do Paraná e aos comandantes do Corpo de Bombeiros no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Dizer que o ofício do bombeiro é missão, é profissão de coragem, de bravura, não é lugar-comum. É reconhecimento. Reconhecimento obrigatório.

Não há dúvida de que todas as profissões são dignas, mas algumas em especial, cativam e merecem o respeito da sociedade. O bombeiro está entre esses profissionais.

Somente um grande amor à carreira e um espírito de solidariedade exemplar pode motivar um homem à escolha de uma profissão onde os riscos de vida são constantes e - algumas vezes - fatais.

No último dia 02, nosso Estado homenageou os bombeiros, no seu dia, por tudo que representam em nossa sociedade. Claro que se lhes destinar um dia para homenagens não desobriga-nos de reconhecer, diariamente, a importância da atuação do Bombeiro para garantia da vida da população.

Lamentavelmente, na comemoração pública deste ano, um episódio promovido pela desconsideração do Governador do Estado com relação aos padrões de comportamento e das autoridades, causou alguns transtornos, sem entretanto, tirar o brilho devido a um acontecimento para homenagear a bravura, a coragem e a dedicação do bombeiro paranaense.

Por esta proposição a Assembléia Legislativa soma-se às diversas manifestações de toda a sociedade aos integrantes do Corpo de Bombeiros, como reconhecimento aos importantes serviços prestados à população ao longo de nossa história.

REQUERIMENTO N° 2506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a consignação em ata de voto de congratulações à nova diretoria do Lions Club de Campo Mourão.

Requer outrossim, que da decisão da

Casa se dê ciência àquele clube na pessoa do seu ilustre presidente, Senhor Mário P. Ramos.

Endereço: Avenida João Bento, 440, C.Mourão - Paraná - CEP: 87.300-030.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2474

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de tender o pedido feito pelas moradoras da Rua Borrazópolis, n°s. 222 e 45, no bairro do Xaxim, quanto à implantação de rede de esgotos em frente às suas casas. Afirmam que todas as outras casas desta rua são beneficiadas com este serviço, e que somente nestes dois endereços, não há rede de esgotos. Pedem urgência no atendimento, uma vez que vários transtornos estão sendo causados devido à falta deste benefício.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2475

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários da linha Conjunto Atuba - Via Bacacheri - para que seja construído uma cobertura no ponto deste ônibus.

Ocorre que, neste mesmo ponto, fazem parada de ônibus das linhas Curitiba e Pinhais, e que as mesmas possuem coberturas, somente a linha com destino a Colombo está descoberta.

Em tempo, os moradores da Rua Senegália, situada no bairro do Atuba, em Colombo, pedem que nesta rua passe o caminhão de lixo mais frequentemente, pois afirmam que só dispõem deste serviço às terças-feiras acumulando, sobremaneira, o lixo das casas da citada rua.

Pedem certa urgência, uma vez que atendidas as suas reivindicações, muitos problemas e transtornos que vêm ocorrendo seriam imediatamente sanados e beneficiariam toda a população.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando recursos financeiros para a pavimentação do trecho da Cooperativa COAMO - BR-369, no Município de Juranda.

A solicitação em tela faz-se, com o intuito de melhorar as condições de acesso da cidade de Juranda à BR-369, principalmente no escoamento de produtos agrícolas da COAMO para os demais centros de nosso Estado.

Que essa Secretaria de Estado avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde Dr. Nizan Pereira, solicitando um Gabinete Odontológico, destinado ao Posto de Saúde do Distrito de Primavera, no Município de Juranda.

Tal medida visa ampliar o atendimento à população constituída de um número significativo de pessoas de baixa renda e que necessitam dos cuidados Odonto-Laboratorial.

Que essa Secretaria de Estado avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de 03 - (três) pontes: Rio Sununu, Rio Tricolor, Rio Sununu (Estrada Juranda/João de Souza), Município de Juranda.

A solicitação em tela faz-se devido à precariedade em que se encontram tais pontes, onde uma destas foi derrubada pela última enchente, prejudicando assim, o acesso da população daquela região para a cidade, bem como o transporte da próxima safra que está por vir.

Que essa Secretaria de Estado avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Mallet.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando recursos financeiros para a construção de Terminal Rodoviário na sede do Município de Juranda.

A solicitação em tela faz-se devido à necessidade de dar maior conforto e proteção à população deste Município.

Que essa Secretaria de Estado avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a Municipalidade de Rebouças.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa não tem sido suficiente para atender a toda população, cuja consequência direta é a impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda a cidade na área de Saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas, objetivando resolver tal problema, restabelecendo o

atendimento à altura das reais necessidades do Município.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, com intuito da liberação de materiais odontológicos para a Municipalidade de Rebouças.

Atualmente, não vem sendo possível atender, a contento, a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos até mesmo como trabalho preventivo.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário Especial da Habitação, solicitando a implantação do Projeto Casa da Família, no Município de Fenix.

A solicitação em tela faz-se devido à carência de moradias em consequência da elevação da população de baixa renda.

No aguardo de sua aquiescência agradecemos.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a Liberação de Recursos Orçamentários para Aquisição e Recuperação do Parque das Máquinas da Prefeitura Municipal de Paranaguá-Paraná.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O município de Paranaguá, nesses últimos anos, tem aumentado a sua população e novos bairros surgiram, com isso trazendo à Prefeitura uma redobrada ação na abertura de ruas e suas complementações urbanísticas, bem como os demais serviços de Uti-

lidade Pública.

A atual administração, enfrenta, a exemplos de outras municipalidades, com o desgaste de seus equipamentos, onde os valores orçamentários são poucos para a realização constante de manutenção, reposição de peças, e ainda compras de novas máquinas.

Também, convém salientar que, nessa estrutura técnica existe a necessidade na estrutura funcional de manter-se bons profissionais do ramo, que na atualidade não aceitam mais receber salários defasados e impróprios às atividades que exercem, com isso, obrigando constantemente a alocação de verbas específicas para atualizações financeiras do funcionalismo, a Prefeitura fica prejudicada, e o Chefe do Poder Executivo recebe constantes cobranças da população.

Por outro lado, a Prefeitura Municipal, ainda se obriga no município, a dar atendimentos a mais de 10 Balneários e suas Colônias, entre as quais situa-se o Distrito de Alexandra e outras localidades circunvizinhas.

Pela complexidade da questão solicitamos que seja enviado um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oquido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, no sentido de liberar recursos destinados à Prefeitura Municipal de Paranaguá para a aquisição e recuperação de máquinas e equipamentos do Parque daquela municipalidade.

REQUERIMENTO N° 2501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o setor de segurança pública, no Município de Rancho Alegre D'Oeste.

1. Aquisição e instalação de linha telefônica na delegacia local;
2. Reparos nos serviços de rádio-comunicação móvel, daquela delegacia.

Sala das Sessões, em 05.07.93

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Rancho Alegre D'Oeste, hoje, não dispõe de qualquer meio de comunicação com a delegacia de polícia local.

Quando necessita dos préstimos da polícia, vê-se obrigada a dirigir-se pessoalmente à delegacia.

Tais circunstâncias não devem perdurar, pois, reconhecidamente, o que torna eficiente o serviço policial é a possibilidade de comunicação indispensável entre os usuários e a polícia.

Razão pela qual a comunidade de Rancho

Alegre D'Oeste espera as providências indispensáveis por parte do Sr. Secretário de Segurança Pública para a resolução do problema.

REQUERIMENTO N° 2502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Sr. Dr. Gilson Barbosa Lima Ribas, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, do Paraná, solicitando estudos para implantação de uma agência de serviços daquele órgão, na sede do Município de Rancho Alegre D'Oeste.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Rancho Alegre D'Oeste, município recém-emancipado de Goioerê, lamenta não contar ainda com os benefícios que uma agência dos Correios ofereceriam à sua gente.

Com um contingente populacional próximo de dez mil habitantes para a postagem e o envio de suas correspondências ou telegramas, não conta ainda, nem com um posto de correio.

É reconhecida a eficiência dos serviços daquela empresa em nosso País, justo portanto, que Rancho Alegre D'Oeste pretenda usufruir de seus serviços, visto que a ECT, desponta como a principal no "ranking" das comunicações em nosso Brasil.

É inestimável o papel desempenhado pelo Correio no seio comunitário, principalmente, nas situações emergenciais, razão pela qual aquela comunidade espera ver este sonho concretizado por parte da direção dessa conceituada empresa nacional, tendo estendida até ela os serviços daquela empresa.

REQUERIMENTO N° 2503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção de medidas que especifica para o Município de Rancho Grande D'Oeste.

1. Recursos financeiros para a construção de um hospital municipal;
2. Aumento de cotas de consultas e internamentos do convênio SUS;
3. Destinação de cotas de medicamentos, materiais e equipamentos médicos;
4. Ampliação do posto de saúde;
5. Uma ambulância.

Sala das Sessões, em 05.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Diariamente a população toma conhecimento da grave crise vivida pela nação no setor da saúde pública, pelo amplo noticiário de imprensa escrita, falada e televisada.

No Paraná, felizmente, a situação não apresenta-se tão preocupante ou crítica, entretanto, acha-se ainda bastante distanciada do ideal.

A comunidade de Rancho Grande D'Oeste vive momento de dificuldade e apreensão no que diz respeito aos serviços de saúde pública decorrentes, naturalmente, da falta de recursos de orçamento.

Por essa razão, encaminha através do presente, justas reivindicações ao setor responsável do Estado, de quem espera a adoção de medidas saneadoras das deficiências lá existentes.

REQUERIMENTO N° 2504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura, requerendo medidas adiante especificadas para o Município de Rancho Alegre D'Oeste.

1. Construção de abastecedouros comunitários;
2. Farinheira e moinho de trigo;
3. Recursos para programa de reflorestamento das margens dos rios;
4. Aumento da cota de calcário do município junto ao terminal ferroviário de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

JUSTIFICATIVA:

Desde que era distrito de Goioerê, de onde emancipou-se recentemente, Rancho Alegre D'Oeste e sua gente laboriosa, através do cultivo da terra, muito tem contribuído para que o Paraná projete-se nacionalmente como um dos estados celeiros da Nação.

Para que tal circunstância não se modifique, aquela comunidade, hoje constitutiva de novo município, solicita à Secretaria da Agricultura as providências constantes do presente documento.

REQUERIMENTO N° 2505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para a alfabetização de adultos e de menores na ci-

dade de Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rancho Alegre D'Oeste, recém emancipado de Goioerê, apresenta elevado e alarmante número de analfabetos.

Tal fato decorre de que aquele município tem na produção agrícola seu lastro de sustentação econômica, e necessita para tanto de mão-de-obra em grande escala.

Tal contingência, por ocasião da colheita da safra, provoca um grande número de evasão de menores das escolas.

Reconhecida nacionalmente, a FUNDEPAR tem canalizado e orientado recursos e programas para a minimização deste preocupante quadro no Estado do Paraná, razão pela qual o município de Rancho Alegre D'Oeste e sua comunidade esperam ser atendidos nesta justa pretensão por parte daquele órgão público.

REQUERIMENTO N° 2507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Stênio Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a instalação de uma agência administrativa daquela empresa, na sede do município de Rancho Alegre D'Oeste.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de expediente ao Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando as providências adiante especificadas para o Município de Rancho Alegre D'Oeste.

1. Serviço de telefone público;
2. Ampliação da rede de terminais particulares.

Sala das Sessões, em 05.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Inestimáveis são os serviços prestados às comunidades pelo telefone. Não somente nas situações de emergência, mas também nas atividades comerciais e sociais.

A comunidade do município de Rancho Alegre D'Oeste, reconhecendo a importância e os benefícios da telefonia, reivindica à TELEPAR a adoção das medidas anteriormente referidas.

REQUERIMENTO N° 2509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Homero Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o município de Rancho Alegre D'Oeste.

1. Ampliação da rede de esgoto;
2. Construção de terminal rodoviário;

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Município recém-emancipado de Goioerê, possui rede de esgoto pequena, do tempo em que era distrito, que não atinge toda a população, criando riscos de contaminação decorrente do esgoto a céu aberto.

Embora o Estado do Paraná não tenha apresentado nenhum caso de cólera, é do conhecimento de toda a população que uma das formas de se evitar doenças infecto-contagiosas é através da expansão decorrente de serviços de saneamento básico, dentre os quais destaca-se a rede de esgotos.

Outro benefício que a comunidade de Rancho Alegre D'Oeste, aguarda com real expectativa é a construção de um terminal rodoviário que proporcione maior conforto aos usuários, que lá chegam e de lá demandam a outros municípios da região.

REQUERIMENTO N° 2510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o Município de Rancho Alegre d'Oeste:

1. Construção de um Centro Esportivo Comunitário;
2. Benfeitorias no Estádio de Futebol.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Município jovem, recém-emancipado de Goioerê, Rancho Alegre D'Oeste, não dispõe de recursos orçamentários que lhe permitam atender às justas expectativas de seus habitantes.

Carentes de uma série de serviços, necessitando canalizar e direcionar seus poucos recursos às ações de maior prioridade, através do presente encaminha as reivindicações mencionadas que espera ver atendidas pelo setor público responsável.

REQUERIMENTO N° 2511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Durval do Amaral, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o Município de Rancho Alegre d'Oeste:

1. Construção de uma creche municipal;
2. Construção e implantação de uma Escola do Trabalho;
3. Construção de prédio para instalação do Centro Comunitário.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Rancho Alegre D'Oeste, município recém-emancipado de Goioerê, tem a grande maioria do seu contingente populacional composta por trabalhadores rurais e citadinos, apresentando índices salariais considerados de baixa renda, razão pela qual necessitam que o Poder Público contribua com a construção de uma creche, que lhes permita deixar seus filhos com segurança e bom atendimento.

Para a construção de todas as obras aqui referenciadas, o município já dispõe de terrenos destinados.

A implantação de escola do trabalho naquele município, contribuiria de forma insofismável para a diversificação de mão-de-obra, hoje basicamente fundada no trabalho rural, aumentando a perspectiva de desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos integrantes daquela comunidade.

Embora pequeno e jovem o Município de Rancho Alegre D'Oeste, como os demais municípios do Estado e da Nação vive o drama do menor de rua.

Este problema poderia ser minimizado através da instalação e construção de um Centro Comunitário, onde os jovens locais pudessem receber orientação pedagógica na formação por exemplo de artesãos, que com a venda dos produtos confeccionados contribuiriam para a melhoria da renda familiar.

REQUERIMENTO N° 2512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo a adoção de medidas adiante especificadas para o Município de Rancho Alegre d'Oeste:

01 - Material permanente (máquina de escrever, cofre, arquivos, armários, escrivaninhas), equipamentos de escritório:

envelopes, furadores, grampeadores, etc.);

02 - Viatura policial.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Na mídia do Governo Estadual, a segurança pública no Estado do Paraná vai bem, na realidade, nem tanto.

Pelo menos na região que representamos no Legislativo Estadual, os problemas são graves e, outra não é a realidade no município de Rancho Alegre D'Oeste.

Basta olhar e examinar com atenção as reivindicações que integram o presente documento, para concluir-se a gravidade da situação.

Recentemente o Poder Executivo anunciou a assinatura de edital de licitação para aquisição de 300 viaturas policiais, as quais esperamos sejam destinadas a todos os municípios necessitados e, não apenas, aos que sejam administrados por prefeitos da mesma agremiação política do Senhor Governador.

REQUERIMENTO N° 2513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, requerendo a adoção de medidas adiante especificadas, no setor rodoviário para o Município de Rancho Alegre d'Oeste:

1. Pavimentação asfáltica da estrada que liga Arapuan à divisa do município de Rancho Alegre D'Oeste;
2. Cascalhamento da faixa de acostamento da estrada que liga os municípios de Goioerê e Rancho Alegre D'Oeste.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de região agrícola, necessita Rancho Alegre D'Oeste, de melhores condições para circulação da safra ali produzida.

Indispensável a atuação do binômio agricultura-transporte, para que as regiões produtoras do Estado desenvolvam-se economicamente e, possam contribuir para o desenvolvimento global do Estado.

O aspecto segurança nos parece fundamental aos usuários das rodovias do Estado, razão pela qual a comunidade de Rancho Alegre D'Oeste, encaminha esta justa solicitação à Secretaria de Estado dos Transportes, responsável pelo setor no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. José Moacir Favetti - Secretário de Estado da Segurança Pública, substanciado em solicitação, para que determine sejam tomadas providências imediatas para a conclusão das obras do prédio da Companhia da Polícia Militar em Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 05.07.93

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Para se oferecer melhores condições de trabalho, policiamento ostensivo, preservação na ordem pública e execução de atividades de defesa civil, entre outras de ordem legal, iniciou-se naquele município a construção do prédio que abriga a Companhia da Polícia Militar.

Encontram-se as obras paralisadas há algum bom tempo, o que naturalmente tem refletido negativamente junto à opinião pública, fato reclamado pela comunidade.

Acreditamos ser possível o reinício das referidas obras, pelo que solicitamos apoio ao nosso requerimento.

REQUERIMENTO N° 2520

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Almirante Tamandaré.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segu-

rança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Almirante Tamandaré.

REQUERIMENTO N° 2521

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Cerro Azul.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Cerro Azul.

REQUERIMENTO N° 2522

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto

Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Adrianópolis.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Adrianópolis.

REQUERIMENTO N° 2523

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Campo Largo.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denomi-

nado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Campo Largo.

REQUERIMENTO N° 2524

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Colombo.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se

fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Colombo.

REQUERIMENTO N° 2525

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Araucária.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Araucária.

REQUERIMENTO N° 2526

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Campina Grande do

Sul.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Campina Grande do Sul.

REQUERIMENTO N° 2527

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Balsa Nova.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Es-

tado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Balsa Nova.

REQUERIMENTO N° 2528

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Bocaiuva o Sul.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Bocaiuva do Sul.

REQUERIMENTO N° 2529

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Tunas.

Réquer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Tunas.

REQUERIMENTO N° 2530

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Itaperuçu.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Itaperuçu.

REQUERIMENTO N° 2531

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Pinhais.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado

número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constitui-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Pinhais.

REQUERIMENTO N° 2532

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município da Lapa.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constitui-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública na Lapa.

REQUERIMENTO N° 2533

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Públi-

ca, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município da Rio Branco do Sul.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constitui-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Rio Branco do Sul.

REQUERIMENTO N° 2534

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Quatro Barras.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo

equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Quatro Barras.

REQUERIMENTO N° 2535

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Piraquara.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em

Piraquara.

REQUERIMENTO N° 2536

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Mandirituba.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Mandirituba.

REQUERIMENTO N° 2537

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Contenda.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Ve-

readores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constitui-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Contenda.

REQUERIMENTO N° 2538

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Paranaguá. Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente,

prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constitui-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 2539

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Matinhos.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constitui-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Matinhos.

REQUERIMENTO N° 2540

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legisla-

tivo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Guaratuba.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Guaratuba.

REQUERIMENTO N° 2541

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Guaraqueçaba.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segu-

rança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Guaraqueçaba.

REQUERIMENTO N° 2542

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Morretes.

Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constituiu-se urgente a necessidade de doação da

viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Morretes.

REQUERIMENTO N° 2543

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião e José Moacir Favetti, Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, respectivamente, solicitando a entrega de viatura de Policiamento Ostensivo Volante Operacional- POVO - e de duas motocicletas para o serviço de segurança pública no município de Antonina. Requer, outrossim, que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito, Vereadores e Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município em questão.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegaram a esta Casa, a Secretaria de Estado da Segurança Pública instituiu programa denominado Policiamento Ostensivo Volante Operacional - POVO - que consiste em um veículo equipado com telefone celular e mais duas motocicletas para apoio ao efetivo combate da criminalidade nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e litoral do Estado.

Entretanto, até a presente data, ainda não se teve conhecimento da entrega de tais viaturas, que viriam, realmente, prestar decisivo apoio às ações de Segurança Pública.

É importante atentar para o elevado número de ocorrências que coloca em fragilidade a segurança da população do município em questão, diante do que, constitui-se urgente a necessidade de doação da viatura do POVO e das motocicletas que se fazem imprescindíveis para a melhor execução do serviço de segurança pública em Antonina.

REQUERIMENTO N° 2489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Senhor Adail Sprenger Passos, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, solicitando:

1. Existe, ou existiu algum convênio assinado entre esta Secretaria e a Fundação Oásis Cidade Aberta (Folha de Londrina, 28.06.90)?
 - 1.1. Se sim, solicita cópia de tal convênio.

Curitiba, segunda, em 05.07.93

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Deputado Estadual Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, solicitando:

- O Governo do Estado do Paraná doou ou cedeu alguma área de terra à Fundação Oásis Cidade Aberta (Folha de Londrina, 29.05.90)?

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tomamos conhecimento da implantação de tal fundação em nosso Estado através da imprensa.

Como cidadão e Deputado Estadual no exercício pleno da cidadania é que formulamos tal pedido de informação.

REQUERIMENTO N° 2491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Senhor Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando:

- De acordo com notícias veiculadas na imprensa (Folha de Londrina, 26.05.91) a Fundação Oásis Cidade Aberta recebeu um aparelho de Litotripsia.

- Conforme o Encarte do Boletim Geral n° 044 de 07.03.91, foi inaugurado o Centro Integrado de Litotripsia do Hospital da Polícia Militar.

Em função disto, solicita:

1. O aparelho é o mesmo?
2. Qual a marca do aparelho de litotripsia que se encontra no HPM?
 - 2.1. Qual o número de sua placa patrimonial?
 - 2.2. Cópia do registro do mesmo no HPM (Hospital da Polícia Militar).

Sala das Sessões em, 05.07.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Doutor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando:

1. Existe, ou existiu algum convênio assinado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação Oásis Cidade Aberta (Folha de Londrina, 29.05.90)?
 - 1.1. Caso exista ou existiu, solicita cópia dos convênios.
2. O Hospital da Fundação Oásis Cidade Aberta está legalizado junto a esta Se-

cretaria?

2.1. Qual é o número de leitos de tal hospital?

3. A Fundação Oásis Cidade Aberta desenvolve algum programa na área de saúde mental (Folha de Londrina, 27.10.89)?

4. Qual foi o papel desempenhado por esta Secretaria na importação do aparelho de litotripsia (Folha de Londrina, 26.05.91)?

4.1. Onde se encontra tal aparelho?

5. Quantos profissionais foram treinados pela SESA (Folha de Londrina, 29.05.90) para o tratamento de deficientes?

JUSTIFICATIVA:

Tomamos conhecimento da implantação de tal Fundação em nosso Estado através da imprensa.

Como cidadão e Deputado Estadual no exercício pleno da cidadania é que formulamos tal pedido de informação.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Senhor Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando:

1. Existe ou existiu algum repasse de verba do Governo do Estado para a Fundação Oásis Cidade Aberta?

2. Se sim, qual o período e o montante?

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura, solicitando:

1. Existe ou já existiu algum convênio assinado entre a Secretaria de Estado da Agricultura ou a EMATER com a Fundação Oásis Cidade Aberta (Folha de Londrina, 18.11.89 e 22.06.91)?

1.1. Se existe ou já existiu, solicita cópia de tal convênio.

2. Foi concedido alguma área de terra do Estado do Paraná para tal Fundação (Folha de Londrina, 29.05.90)?

2.1. Se o foi, solicita cópia da documentação que legaliza tal ato.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Tomamos conhecimento da implantação de tal Fundação em nosso Estado através da imprensa (cópia anexo).

Como cidadão e Deputado Estadual no exercício pleno da cidadania é que formulamos tal pedido de informação.

REQUERIMENTO N° 2498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, transcrição, nos anais da Casa, das matérias jornalísticas intituladas "Auditoria do TCE investigará gastos com publicidade em 92", "TC aprova contas mas manda abrir auditoria no governo", bem como a tabela demonstrativa das despesas realizadas pelo Governo por conta do orçamento de 1992, publicadas nas páginas 1-A e 3-A da edição número 3009 de 3 de junho, sábado, do Jornal do Estado.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As matérias cuja transcrição nos anais da Casa se requer, denunciam com gravidade o excesso dos gastos do Governo Estadual com publicidade e o descumprimento do mandamento constitucional que impõe o investimento mínimo de 25% da receita tributária em educação. Na verdade, as matérias põem a claro o perfil desta administração estadual, que busca mais a auto-promoção que a promoção dos valores sociais essenciais.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 333/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand - Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de atendimento às crianças e idosos carentes, do município.

PROJETO DE LEI N° 339/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Esportiva dos Servidores Municipais do Abastecimento, ARESMA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.07.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Recreativa e Esportiva dos Servidores Municipais do Abastecimento, ARESMA, foi fundada em 27 de outubro de 1989, sendo pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com organização e funcionamento regulados por estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Títulos e Documentos do 3º Ofício desta Capital.

Congregando todos os servidores da Secretaria Municipal do Abastecimento de Curitiba, a ARESMA tem como finalidade a representação e defesa dos interesses e direitos dos seus associados; a promoção do espírito comunitário, acentuando a união e a solidariedade e o desenvolvimento e apoio à promoção de atividades culturais, sociais, desportivas, de assistência jurídica e social, beneficência e previdência social.

Desde a sua fundação, há quase quatro anos, a ARESMA tem cumprido essas finalidades e, por esta razão, observados os documentos que seguem em apenso, está em plenas condições de obter o reconhecimento de Utilidade Pública, conforme o proposto pelo presente Plano de Lei.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná, e mais especialmente Ponta Grossa e a Região dos Campos Gerais perdem, no dia de hoje, um dos seus mais ilustres e mais exemplar filho que realmente a nossa região e o nosso Estado ofereceram a esta Nação e a este mundo. É a pessoa do Engenheiro de Minas e Energia, o ex-Vereador, um ex-Prefeito da cidade de Ponta Grossa, ex-Deputado Estadual, ex-Secretário de Ação e Obras Públicas deste Estado o nosso realmente querido homem da filantropia, da assistência social e, principalmente, do menos favorecido porque sempre nas funções que ele desempenhou, teve suas vistas voltadas àqueles que eram esquecidos e marginalizados pelos que muito possuíam.

Perde o Paraná e perde Ponta Grossa a figura de Eurico Batista Rosas, o exemplo de um dos maiores homens públicos deste Paraná. Teve, no seio da nossa imprensa paranástica, no meio social e empresarial deste Estado e em todas as assistências sociais e casas hospitalares deste Paraná, a sua mão amiga e, principalmente, a sua

participação em todas as campanhas que era reclamado a ele estar presente.

Queria neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao associarmos junto com o Deputado Djalma de Almeida César um voto de pesar para que os Senhores Deputados que tomam assento nesta Casa e todos nós, além de levarmos aquele conforto à família do Eurico, levarmos isso sim, a nossa voz a este Paraná de que aquele exemplo deve ser seguido por todos os homens públicos e àqueles que se iniciam na função pública. Homem destemido, homem aguerrido, homem que enfrentou a revolução quase que sozinho na sua trincheira, sempre levantando a sua voz para que o estado democrático que hoje nós vivemos se tornasse uma realidade.

E é por isso e por muitas outras razões, que nós neste dia, apesar de estarmos realmente em função pela qual fomos guindados pela vontade do povo do Paraná, à iniciação da nossa vida pública, se deu ao lado, disputando e ajudando a este homem público no cargo de Prefeito da cidade de Ponta Grossa.

Lembro-me perfeitamente bem como se fosse hoje, aquela figura do Eurico, aquela porta aberta da sua casa, aquela mão amiga estendida a tudo e a todos que o procuraram e sempre esteve, dando mostra e valor de que o homem público, o político correto sempre haverá de ser reconhecida por todas as gerações que irão sucedê-lo como sendo um político de grande nome e de grande valia e de grande perda que faz entre nós.

Neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, queremos, tão somente, dizer que espiritualmente em um mundo mais elevado em que ele se encontra, nós que aqui nos encontramos reverenciamos aquela pessoa que nos deu e dá mostras ao Paraná e ao Brasil que ainda há homens decentes ocupando funções públicas neste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Toti Colaço.

(Declina)

Tendo declinado, no Pequeno Expediente com a palavra o Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não podemos, como educador que somos deixar passar, neste momento, de registrar nesta Casa comentário publicado pelo Jornal do Estado em sua edição de sábado, 3 de julho, a respeito do que diz o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e que representa de fato uma preocupação bastante séria para algo que, na nossa concepção, representa um dos pontos fundamentais da

submissão que vive este País, que é a falta de investimentos na educação.

Para nossa surpresa, vemos registrado que o Tribunal de Contas detectou e constatou que o Governo do Estado investiu apenas 21.03% do Orçamento total em educação, quando a Constituição Federal, em seu artigo 212, prevê um investimento de no mínimo 25%. É este o ponto entre outros levantados pelo Tribunal de Contas que são motivo da história deste Estado de auditoria pedida e aprovada naquele Tribunal, demonstrando que aqui não se está fazendo o Tribunal de Contas tem feito.

Nós temos que registrar neste momento esta preocupação que é muito séria. E, com certeza, em cima desta questão, temos que estar atentos porque houve o voto contrário no Tribunal de Contas e houve a aprovação de auditoria para se fazer levantamento nestas questões que são preocupantes a nível de Orçamento do Estado do Paraná. Parece que o nosso Estado não é esta ilha da fantasia que se pinta, que se planta ou que se tenta vender, onde vemos aqui registrados as preocupações do Senhor Conselheiro que, com certeza, estaremos na expectativa da chegada nesta Casa do relatório daquele Tribunal que pedira a aprovação das contas do Governo do Estado do Paraná. E como bem diz o Jornal e as declarações de alguns dos Conselheiros - e aqui destaca muito bem - com certeza esta preocupação deve ser divulgada por todos os meios de comunicação do Estado do Paraná.

Diz uma declaração do Conselheiro Cândido Martins de Oliveira: "Não há como deixar incólume tal desrespeito aos elementares princípios constitucionais e legais, pelo que diante das ilegalidades formais nos dispêndios de recursos públicos com publicidade e guardando coerência com o entendimento técnico e jurídico desse Tribunal de Contas. Entendo que o parecer prévio a ser encaminhado à Assembléia Legislativa, contém a recomendação de não aprovação das contas em exame, determinando que os gastos irregulares dispendidos devem ser ressarcidos ao erário na forma de legislação em vigor, responsabilizando os respectivos ordenadores das despesas".

E aqui se caracteriza inclusive que os municípios paranaenses têm sofrido os rigores da fiscalização do Tribunal de Contas. Se caracteriza também que a mesma atitude não tem sido feita em relação às contas do Governo do Estado. Senão, vejamos mais adiante:

"Se fôssemos rigorosos como somos em relação às Prefeituras, não aprovaríamos as contas de 199..., mas não vamos falar em intervenção federal, pois muitos já querem isso".

Então são questões que vão desmoralizando o nosso Estado...

Ocupo o horário da Liderança, Deputado.

...são questões que vão nos colocando em um momento de apreensão, quando há pouco senti o embate. Poder Executivo e Poder Judiciário. Esta Casa houve por bem, na primeira - proposta conciliatória, na primeira proposta que se procurou incluir todos os problemas, todas as questões levantadas através de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós tivemos o privilégio, através da Bancada do PDT, de procurar ser o mediador da questão Poder Executivo - Poder Judiciário, quando apresentamos emendas, pedindo para que se atendessem aquele requisito do Tribunal de Contas, que era de 7.8%. Não chegamos aos 7.8%, mas chegamos aos 7% e agora nós vemos que o próprio Tribunal de Contas - e aqui temos que frisar mais uma vez - diz:

"Lamento a falta de critérios que distribui dinheiro para toda a mídia, incluindo aí a TV, rádio, jornal e a chamada "picaretagem". Fico inconformado com o número de frigoríficos devedores ao Estado. Não questione os valores empregados em 1991, mas como era empregada esta verba que desobedece aos preceitos constitucionais. Antes de votação, proponho votação preliminar, autorizando a instalação de uma auditoria nos gastos com publicidade".

Então, estas questões que estão levantadas como pontos principais dos momentos daquela Sessão, que inclusive nós pretendíamos relatar se não tivéssemos hoje esse relato feito pelo Jornal do Estado, mas tínhamos um elemento da nossa assessoria acompanhando estas discussões, a nível de Tribunal de Contas e os Conselheiros levantaram as preocupações que também são preocupações nossas e que com certeza, deverão ser preocupações nesta Casa.

Mais adiante, diz o Conselheiro João Feder, que foi o relator das contas de 91, constatando irregularidades também na contratação de agências de propaganda sem licitação pública.

E esta Casa, para se configurar que naquele momento se pretendia a verdade, nada mais do que a verdade, esta Casa rejeitava um pedido de CPI do companheiro Mário Bezerra. Hoje, o que a Casa não fez, o Tribunal de Contas está fazendo.

Mais adiante diz:

"O superavit do Paraná é motivo de orgulho para todos os paranaenses, o que comprova a linha de atuação do Governador Requião. O governo também reduziu os gastos de publicidade, demonstrando preocupação com as determinações do exame anterior. O governo não vive fazendo propaganda promocional, mas divulga as suas obras. A auditoria que está sendo realizada nos

gastos com propaganda em 91, deve finalizar-se proximamente em 15 dias".

E mais adiante o Presidente do Tribunal de Contas diz:

"Não compete ao Estado distribuição para mídia sem que hajam fundamentos na Constituição Federal. E é isto o que pedia naquela oportunidade um requerimento de pedido de CPI do Deputado Mário Bezerra.

Então aqui vemos os quadros levantados, expostos e jogados a público da situação que é levantada com preocupação e, com certeza, mais uma vez voltamos a frisar, estaremos atentos nesta Casa quanto à chegada deste relatório do Tribunal de Contas que, com certeza, deverá representar a preocupação do dever que esta Casa tem de fiscalização, de acompanhamento, de direcionamento e de questionamento das despesas feitas pelo Governo do Estado.

Se o Tribunal de Contas que não tem o poder fiscalizatório, porque vem para esta Casa para aprovação e rejeição está tendo esta preocupação, com certeza a partir deste momento o Estado do Paraná deve estar atento e cobrar desta Casa esta transparência que já foi cobrada diversas vezes desta tribuna e, lamentavelmente, respostas não se têm tido este tipo de questionamento.

Como tal, estamos pedindo inclusive que se transcreva nos anais da Casa esta matéria publicada hoje no Jornal do Estado, onde diz da preocupação de alguns conselheiros em relação às despesas sem licitação, em relação a este processo e denúncia que é séria, que é a falta de investimento de no mínimo 25% para a educação.

Mais uma vez temos que registrar, e hoje, vem para redação final, a alteração da Constituição Estadual. Altera o texto da Constituição tirando "sem ônus para a Educação" e incluindo ali saúde, alimentação. Se não houver uma fiscalização mais firme do Tribunal de Contas e também desta Casa, teremos banquetes, teremos festivais jogados na conta das verbas destinadas à Educação.

Temos certeza que não são todos os Prefeitos do Paraná, mas temos certeza que a partir do momento em que esta Casa aprova a retirada da expressão "sem ônus" e dá direito à alimentação e à saúde das verbas da Educação, quando hoje o próprio Estado não investe o mínimo de 25%, teremos uma preocupação ainda maior com os destinos de nosso Estado e com a administração da coisa pública, que é o seu dinheiro e seu povo.

Enquanto isto, o funcionário público está aí pedindo misericórdia pelos péssimos salários e a educação pública se esvaziando cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No

Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "A municipalização dos serviços de Saúde, foi um avanço e uma conquista para a população de nossos municípios.

A Constituição Federal e a Estadual preconizam, com direito do cidadão e dever fundamental do Estado, a saúde.

Entretanto, o que observamos em nossos municípios?

Um verdadeiro caos! De um lado, as exigências das comunidades para que o prefeito construa Postos de Saúde, contrate médicos, dentistas, enfermeiras; de outro lado, a falta de recursos.

Lendo atentamente o documento elaborado pelo Conselho Nacional de Saúde em 15.04.93. "Descentralizando as Ações e Serviços de Saúde: ousadia de cumprir a Lei, percebe-se boa vontade inerente ao processo. Mas a população dos Municípios precisa mais do que boa vontade.

Os prefeitos de nosso País, principalmente do Estado do Paraná, necessitam de ações concretas.

As Leis Federais n.ºs 8080/90 e 8142/90 somadas à Portaria Ministerial n.º 545 de 20.05.93 indicam as fontes de financiamento do setor de saúde de Estados e Municípios. Basicamente, no que diz respeito ao repasse do Governo Federal a todos os Estados e Municípios da Federação. Existem quatro ações que dariam certa cobertura à população, que seriam:

Primeira, recursos para cobertura ambulatorial, destinados mensalmente aos Estados a título de cobertura ambulatorial.

Segunda, fator de apoio ao Estado. Recurso de custeio aos Estados para utilização nas atividades de tratamento fora de domicílio e aquisição de medicamentos especiais, etc.

Terceira, fator de apoio aos municípios que caracteriza-se como repasse de recursos de custeio a todos os municípios da Federação.

E quarta, o financiamento de atividades hospitalares.

Senhores Deputados e Senhor Presidente. Devemos notar que do montante arrecadado pela Previdência Social, cerca de 15%, deveriam ser destinados à saúde, o que não tem ocorrido já há muito tempo. O Governo Federal obrigou-se a usar os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador para cobrir as contas, ou parte dela, até maio de 93.

Devemos notar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que tais recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador no montante de 35 trilhões de cruzeiros, não cobrem as dívidas da União para com os hospitais dos

municípios e com os Estados da Federação.

Já de princípio, os municípios não receberão recursos para suas atividades. Aliás, o Fundo de Amparo Municipal, anteriormente chamado de "fator de apoio à municipalização", não é pago desde março de 93. E já há uma conta atrasada dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 92.

O mais grave é que, se de um lado haveria um alívio para a rede hospitalar com os recursos do FAT, de outro, os programas de combate ao desemprego - dinheiro para os quais o FAT estava destinando, não acontecerão.

E ainda, não há previsão para pagamento das contas dos Estados e dos municípios, nem mesmo das contas passadas ou futuras. E não há mais o FAT para socorrer.

Assim, pergunta-se, é justo deixar a população morrer por falta de recursos dos hospitais municipais e estaduais, enquanto transferem somas imensas para o Metrô de Brasília e a linha vermelha do Governador no Rio de Janeiro?

Clame aos céus tamanha insensatez, e certamente o gemido moribundo da Saúde Pública principalmente do Estado do Paraná, faz ecoar a dor de tantas crianças e trabalhadores, que sofrem pela insanidade daqueles que optam pela demagogia barata!

Conclamo todos os Deputados desta Casa, e em particular do Bloco Municipalista, para realizarmos um verdadeiro mutirão, fazendo valer o voto de tantos que confiaram em cada um de nós.

Projetos, propostas, lucidez e ações conjuntas com a APASEM - Associação dos Municípios do Paraná, para virarmos a mesa do descaso.

E não é só no caso da Saúde. Temos muito a fazer no que diz respeito à municipalização da Educação, dos tributos e transferências municipais e tudo mais que se relaciona com homens e mulheres que moram em nossos Municípios e que devem ser felizes e apoiados por todos nós".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Liderança do PSDB, do BPI, do PTB, do PFL, do PMDB, PT, PL, do PP.

(Todos declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 2287/93, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 05 do corrente mês, em função de compromissos em

sua Região. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 026/92, que altera o inciso IX, do art. 179, da Constituição Estadual, suprimindo-se a expressão "sem ônus" para o orçamento da educação.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL REDAÇÃO FINAL À PROPOSIÇÃO Nº 026/92 EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - O inciso IX do Art. 179, da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

Art. 179 - ...

"IX - Atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

Sala das Comissões, 01.07.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Apoio: Mário Bezerra.

Aprovado.

O SR. PAULO MAIA - Com voto contrário do Deputado Paulo Maia e da Deputada Emilia Belinati.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - E da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registrado o voto contrário da Bancada do PT e dos Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati.

A matéria está aprovada.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 257/92, que autoriza a criação de Delegacias da Mulher em Municípios paranaenses e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ.D.A.nº 73, de 07.06.93).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 395/92, que autoriza o DETRAN a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados

pelo CONTRAN. Aprovado. (Publ.D.A.n° 169/92, de 25.11.92).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 018/93, que estipula o horário de realizações dos Concursos Vestibulares de Admissão, nas Faculdades e Universidades Estaduais. Aprovado. (Publ.D.A. n° 04, de 16.02.93).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 073/93, que institui o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas. Aprovado. (Publ.D.A.n° 16 de 16.03.93).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 176/93, que autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel ao Município de Matinhos, conforme especifica. Aprovado. (Publ. D.A. n° 45, de 10.05.93).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 185/93, que denomina a Cadeia Pública de Ponta Grossa de "Cadeia Pública Hildebrando de Souza", localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, naquele Município. Aprovado. (Publ. D.A. n° 48, de 13.05.93).

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque Nossa Senhora das Graças, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.J.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 174/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Ourizona e foro no município de Mandaguçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 203/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, modifica o artigo 1° da Lei Estadual n° 8.510, de 30 de junho de 1987. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 222/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 9.910, de 1° de março de 1992. Associação de Moradores do Conjunto Saturnino de Brito - AMCSB. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 241/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, declara de Utilidade Pública o Jovens com uma Missão Jovem, com sede e foro

no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 249/93, de autoria dos Deputados João Iensen e Orlando Pessuti, autoriza o Poder Executivo a ceder, em comodato, à Sociedade Evangélica Betânia, a área que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 271/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, declara de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Inácio Martins. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 294/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, declara de Utilidade Pública a Creche Santa Rita de Cássia, com sede e foro na cidade de Bandeirantes - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 297/93, de autoria da Deputada Emília Belinati, declara de Utilidade Pública o Centro de Trabalho Social e Atendimento ao Idoso de Londrina - CENTRADIL, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 011/92, de autoria da Comissão Especial do Índio, fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial do Índio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 010/93, de autoria da Comissão Especial sobre o Trabalho Escravo, aprova o relatório da Comissão Especial Suprapartidária para averiguar casos de trabalho escravo em fazendas do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 164/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera a redação do Art. 7° da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 41, de 04.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 164/93

P A R E C E R:
O Projeto de Lei n° 164/93, de autoria

do nobre Deputado Cezar Silvestri, visa alterar a redação do Artigo 7º da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - A criação de Município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao da eleição Municipal".

Da análise proferida, nada foi encontrado que pudesse impedir a normal tramitação do presente plano de lei por esta Casa Legislativa.

Por tal fato este relator emite o seu parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 14/93, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros), conforme específica. Sem PARECERES. (Publ. no D.A. nº 47, de 12.05.93, Mens.).

Transfiro para o final da Sessão, enquanto aguardamos manifestações a respeito.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós requeremos a retirada da Ordem do Dia, do Projeto 181/93. Estamos encaminhando requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa transfere para o final, enquanto aguarda o requerimento de V.Exa..

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/93, de autoria do Tribunal de Contas, ficam criados 03 (três) cargos de provimento efetivo de Procurador de Estado junto ao Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O Projeto de Lei nº 256/93, no entender da Bancada do Partido dos Trabalhadores é inconstitucional, porque cria cargos, não existindo a carreira, e contraria os artigos 118 e 121 da Constituição Estadual, que fixa quem tem responsabilidade de editar as leis complementares.

Portanto, não cabe ao Tribunal de Contas solicitar concurso regulamentando estes artigos, sem estarem regulamentados estes artigos na Constituição. Não está

fixada qual a lei que criou os cargos de Procuradores do Estado, pois ela não existe.

Portanto, entendemos como inconstitucional, e neste sentido, nós do PT votamos contrariamente a este Projeto.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, pelo artigo 101 da Constituição Estadual, "somente por lei os cargos podem ser criados ou extintos". "Ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça compete privativamente, propor ao Poder Legislativo a respectiva criação e extinção de cargos".

Pois bem, a Constituição Estadual no artigo 77, dispondo sobre o Tribunal de Contas do Estado, assegura-lhe as mesmas atribuições previstas para o Tribunal de Justiça no que tange à criação de cargos de sua estrutura, estabelecendo no artigo 77 o Tribunal de Contas integrado por sete Conselheiros, com sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo no que couber as atribuições previstas no artigo 101 da Constituição.

Portanto, Sr. Presidente, respeitamos a posição do Deputado Rosinha, mas no nosso entender pura e simplesmente através da lei ordinária pode ser criado esses cargos, e não apenas tão somente por lei complementar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto de Lei 256/93. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/93, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 955.860.000.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco bilhões, oitocentos e sessenta milhões de cruzeiros), conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 82 de 22.06.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 279/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 031/93, do Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 279/93, tem o objetivo de aprovar crédito suplementar de Cr\$ 955.860.000.000,00, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, sob supervisão da Chefia do Poder Executivo.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que impeça a tramitação normal por esta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça é favorável ao presente Projeto de Lei, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.06.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

Em votação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Encaminhar)
- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como os Srs. notaram não existe o Parecer da Comissão de Finanças no referido Projeto. Vejam bem, Srs., nós, como representantes do Litoral do Paraná e da Cidade de Paranaguá, tudo o que fosse destinado ao Porto de Paranaguá seria bem-vindo, mas acontece que o Projeto Suplementar, embora o crédito suplementar seja apenas de caráter contábil, porque o Porto não tem esse dinheiro, esses vinte milhões de dólares que estão para serem aprovados daqui a alguns instantes; pedimos diligências ao Porto de Paranaguá e também ao Tribunal de Contas do Estado. Vejam bem os Srs., na natureza da despesa surgiu uma dúvida, principalmente no item 320800, no gerenciamento de operações portuárias.

Segundo a padronização e interpretação das rubricas orçamentárias do Estado do Paraná esse item diz o seguinte: "Despesas que não correspondem aos itens e sub-itens específicos, inclusive a retribuição pago a terceiros por serviços prestados em caráter eventual; bem como repara o direito patrimonial de terceiros, quando o prejuízo for causado pelo Estado; inclui-se nesse item as peças quando utilizadas em consequência da aplicação de mão-de-obra, despesas com sub-item a seguir discriminados", e aí não discriminam nada.

Vejam, Srs. Deputados, é um trilhão de cruzeiros, ou seja, vinte milhões de dólares, metade de tudo o que está previsto para o Porto de Paranaguá, suplementação essa que será dada segundo informações do Governo de superávit financeiro de aplicação do dinheiro que o Porto tem aplicado no BANESTADO, que hoje é de trezentos e trinta e nove bilhões de cruzeiros.

Vejam bem, desses trezentos e trinta e nove bilhões de cruzeiros que o Porto tem hoje aplicado no BANESTADO, quase cento e cinquenta bilhões de cruzeiros serão pagos no final do mês de julho, referente à terceira parcela da ação trabalhista no valor de quatro milhões e meio de dólares que o Porto de Paranaguá perdeu recentemente.

Vejam os Srs., o Porto de Paranaguá necessita de uma dragagem efetiva, necessita de equipamento efetivo, mas nada dis-

so está sendo contemplado nessa suplementação.

Vejam bem os Srs., no item "Investimentos Portuários" para obras e instalações está destinado 50 bilhões de cruzeiros ou perto de novecentos mil dólares no dinheiro de hoje. O que o Governo do Estado está contribuindo para o Porto de Paranaguá são exatamente com novecentos mil dólares para investimentos no seu porto.

Aquisição de material permanente - cem bilhões de cruzeiros ou menos de dois milhões de dólares. Uma Mader (?) hoje custa seiscentos mil dólares e eu sei que o Secretário de Estado já autorizou a compra de uma Mader. Só que vejam bem, é muito pouco para um Porto que detém 80% do seu equipamento alugado da iniciativa privada. O Porto Público funciona através da iniciativa privada.

Mas vamos em frente, gerenciamento da operação portuária - aqui está a grande dúvida porque aí vem: manutenção de microcomputadores-cinquenta bilhões. Aprovamos a Mensagem nº 33 semana passada, no valor de trinta e seis bilhões para microcomputadores. Então estamos destinando ao Porto de Paranaguá dois milhões de dólares para microcomputadores. O que significa isto? Significa que teremos, segundo informações do Porto, os micros mais caros do Brasil na administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Mas é necessário a colocação dos micros, vamos deixar passar.

Sentenças Judiciais - o Porto já prevendo a sua próxima derrota na ação trabalhista, já coloca noventa bilhões de cruzeiros ou seja mais de um milhão de dólares no referencial que eu já adianto aos Srs. que será na questão do redutor salarial que o Porto já perdeu em primeira e está perdendo já em segunda instância.

Agora, o problema está aqui, quinhentos e quinze bilhões, oitocentos e sessenta - serviços de terceiros. O que significa isto, minha gente? Significa que o Porto estará pagando sindicatos que prestam serviços ao Porto e eles alegam que será para reposição de peças. Mas eles esqueceram que logo ali em baixo eles colocaram: aquisição de material permanente, para reposição de peças mais três milhões de dólares.

Então a nossa dúvida e acho que aí está a função do Deputado, e pergunto ao Presidente, por que me parece que Deputado não é para fazer assistência social, não é para fazer isto, não é para fazer aquilo? Não é para legislar? Estamos fazendo esta função agora. Pedimos a administração do Porto e até agora não veio resposta, o porquê de ele não explicitar onde serão gastos todo este dinheiro que está sendo pedido, porque os Srs. até hoje nunca votaram uma suplementação tão violenta como

esta aqui do Porto de Paranaguá na data de hoje.

Srs. Deputados, a Comissão de Finanças não deu o seu parecer e não dará porque achamos que a coisa está um pouco mal explicada. Não dizemos aqui que tem alguma irregularidade, mas precisamos de mais informações para podermos votar isto aqui, porque eu lavo as minhas mãos. Eu vou avisando muito bem aos Srs. Deputados: os Srs. votem isto aqui e se responsabilizem pelas consequências futuras que isto aqui pode vir a acarretar.

Estamos com um Porto totalmente podre, sucateado e bagunçado. O que queremos? Que o Governo mande uma informação clara, precisa e transparente, coisa que não vem usando desde o começo da sua administração para mostrar se realmente o dinheiro será investido no Porto de Paranaguá ou esse dinheiro talvez se perca na dragagem.

Srs. Deputados, é muito dinheiro. O Porto de Paranaguá precisa, mas precisa também que o Poder Legislativo use as suas funções de fiscalizador. Não era emergencial essa suplementação. Ela poderia vir a ser votada logo no começo de agosto para que nós tivéssemos a tranqüilidade de dizer: vai acontecer isso e aquilo no porto de Paranaguá! Mas o que o Governo está pedindo, uma suplementação de afogadilho, uma suplementação violenta, 20 milhões de dólares para quê? Pode ser realmente para realizações de obras mas pode também ser para coisas escusas, porque se nós não temos informações nós temos o direito de duvidar para onde vai esse dinheiro.

Eu gostaria que o Líder do Governo fizesse a retirada desse projeto até o começo do mês de agosto, se ele não achar por bem, existe maioria absoluta da sua Bancada para votar, agora, eu peço, a todos os Deputados, que tenham paciência, tenham preocupações com o Estado do Paraná e antes de votar esse projeto procurem esperar as diligências que foram pedidas através da Comissão de Finanças, porque vejam bem, os Senhores estarão mergulhando num abismo sem saber o que os espera lá embaixo, porque o que o Governo pretende com tudo isso é não mais suplementar o Porto de Paranaguá, não mais encaminhar verbas e ter a tranqüilidade de poder gerenciar todo esse trilhão de cruzeiros passíveis de arrecadação financeira, de superávit portuário coisa que ele não vem tendo há muito tempo.

Não sou autor da proposição, só o Líder do Governo que poderia pedir a retirada desse Projeto, e eu pediria, a todos os senhores, que pensem muito bem antes de assinarem ou voltarem o revólver para dentro do ouvido de cada um dos Senhores.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, diante das informações do Deputado Fregonese pois trata-se de um volume de recursos talvez o maior aprovado pela Assembléia Legislativa e que as indagações e as dúvidas levantadas pela Comissão de Finanças - não havendo parecer que Vossa Excelência retirasse o Projeto da Ordem do Dia e convidasse o responsável pela administração do Porto de Paranaguá a vir a esta Casa, com as informações solicitadas, talvez na própria Comissão não seria o caso do Plenário, mas pelo menos na Comissão de Finanças e que trouxesse informações que o Deputado Fregonese indaga!

Acho que é uma medida de bom senso e eu acho que o Porto de Paranaguá, se tem interesse na rapidez da aprovação dessa matéria, certamente terá a rapidez também e interesse em vir aqui, amanhã ou depois, o mais tardar, para trazer as explicações e convencer a Comissão de Finanças.

Eu confesso que a maioria dos Senhores Deputados não está à vontade para votar a matéria com um volume de recursos tão grande, com tantas dúvidas que estão pairando sobre a mesma. Então é o apelo que nós fazemos para que a gente possa realmente votar com segurança uma matéria de tamanha importância. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós estamos analisando a proposta de Vossa Excelência e concedemos a palavra para encaminhar ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, no mesmo sentido, corroborando com as posições colocadas pelo Deputado Fregonese e pelo Deputado Pudell, também no mesmo sentido, porque nós entendemos que a Comissão de Finanças não tenha dado seu parecer numa matéria de tamanha importância como essa e em especial, em função daquilo que levantou o Deputado Fregonese. Sendo um Deputado do Litoral, não estaria ele, aqui, colocando empecilho nenhum na aprovação de uma verba suplementar para a administração do Porto de Paranaguá. Agora traz a esta Casa informações importantes e esta Casa tem a responsabilidade, nas suas costas, de saber exatamente o que está votando.

Por isso nesse sentido a Bancada do PDT também é da mesma posição, da retirada deste Projeto, desta Mensagem da Ordem do Dia até que a Comissão de Finanças possa dar o seu Parecer também.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Apenas complementando também o que disseram os nossos antecessores, esta Casa jamais negou apoio a suplementações orçamentárias pedidas pelo Governo do Estado. E após a manifestação do Presidente da Co-

missão de Finanças, eu creio que a preocupação deve ser de todos nós. Há o Parecer da CCJ, mas a competência da Comissão de Finanças não consta da referida matéria. Eu acho que assim como em outras questões houve a tentativa de se colocar na melhor transparência possível o projeto, nós fechamos com aquilo que disse o Deputado Algaci Túlio. E também em nome da Bancada do PDT, achamos de consenso também que para a transparência, para o conhecimento da verdade a respeito dos fatos o melhor encaminhamento seria a retirada do projeto neste momento.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, nós entendemos que o Projeto, estando na Ordem do Dia, deve ser votado. Mas considerando as alegações e as considerações do Deputado Lourenço Fregoneze, bem como de outros Deputados de outras Bancadas, entendemos que não há porque se colocar dúvidas neste crédito suplen-
tar. Nós não queremos criar polêmicas de maneira nenhuma.

Portanto, não vemos problema nenhum em adiarmos a votação deste crédito suplementar para amanhã, se entrarmos em negociação, ou no mês de agosto.

Então requeiro a Vossa Excelência a retirada da ordem do Dia deste projeto de lei.

Entretanto, o Parecer da Comissão de Finanças não é de nossa responsabilidade, é da Comissão da Casa. Então vamos deixar bem claro que o que se queria na realidade era agilizar o processo legislativo dentro da Casa; não é para se colocar goela abaixo, não é se fazer nada de qualquer maneira. O interesse nosso é o de que as Mensagens do Governo sejam aprovadas na Casa.

Pediria também, Senhor Presidente, que a Comissão de Finanças também pudesse se reunir hoje após a Sessão em Sessão Extraordinária e também dar seu parecer a respeito deste caso.

Muito obrigado!

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Gostaria de agradecer a atitude do Líder do Governo e informaria o seguinte: a Comissão de Finanças se reúne a qualquer momento para deliberar desde que tenha as respostas, por escrito - tanto por parte da Administração dos Portos de Paranaguá como do Tribunal de Contas, para que a gente possa fazer o comparativo, para que a gente possa votar com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tendo em vista a manifestação do Plenário e das Lideranças nós transferimos...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tem a palavra pela Ordem o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, eu quero cumprimentar o nobre Deputado Renato Adur, Líder do Governo e da Bancada da maioria nesta Casa, pela sua atitude. Isto vem demonstrar que o Governo não teme nenhum exame mais profundo das matérias que manda a esta Casa.

Realmente os números da Mensagem são de assustar; mas dada a importância do Porto de Paranaguá, eu acho que são perfeitamente justificáveis. Então nada custa o Senhor Líder do Governo convidar o Senhor Superintendente do Porto para, na Comissão de Finanças, dar as explicações necessárias.

Deu um exemplo de cooperação legislativa o Deputado Renato Adur e de compreensão das razões e do posicionamento dos Senhores Deputados da Oposição.

O SR. RENATO ADUR - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tem a palavra pela ordem o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Eu entendo o posicionamento do Deputado Erondy Silvério e acho que ele tem razão. Só não concordo que deixemos para o mês de agosto. Eu me proponho, inclusive, de entrar em contato, juntamente com o Deputado Fregoneze, com o Superintendente do Porto de Paranaguá para solicitarmos a presença dele hoje à tarde ou amanhã de manhã para dar as explicações devidas e para que pudéssimos incluir, dada a importância que tem o Porto, de não paralisarmos também o andamento administrativo e colocarmos na Ordem do Dia, esse projeto. Nós retirariamos até amanhã, e pediríamos explicações, pela manhã, aqui, na terça-feira, com o Superintendente do Porto de Paranaguá.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem).

Não é nem preciso a presença do Superintendente dos Portos. Basta que ele escreva e assine, porque aí sim nós teremos a condição de fiscalizar exatamente item por item, tostão por tostão aonde será aplicado o dinheiro do Porto de Paranaguá.

Senhor Presidente Orlando Pessuti, nós já fizemos o pedido de diligência. Se o Porto de Paranaguá enviar o pedido das respostas, todas elas especificadas com os itens de onde serão gastos os recursos, nós imediatamente nos reuniremos com a Comissão de Finanças e daremos o parecer.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, nós concordamos com a posição do líder do governo, de adiarmos a votação de hoje para amanhã e concordamos também que se convoque o Presidente do Porto de Paranaguá, para que amanhã esteja aqui, prestando esclarecimento a toda a Comissão de Orçamento da Casa, mas não agora pela questão pessoal do Deputado Lourenço Fregonese com o Presidente do Porto de Paranaguá.

Eu acho que ele, como integrante da Comissão, tem que ser maleável e aceitar que venha e não achar que tem que responder item por item por escrito e assinar. Ele virá aqui na presença de todos os Deputados, daqueles inclusive que não forem da referida comissão, mas quiserem fazer parte. Então eu acho que por aí, nós teríamos a condição de votarmos, amanhã ou depois, o pedido de suplementação orçamentária para o Porto de Paranaguá.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer ao Deputado Nilton Barbosa, que o Porto não tem Presidente. Tem Superintendente.

O SR. NILTON BARBOSA - O Senhor deve ter entendido o que eu quis dizer.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Em segundo lugar, eu estou cansado de rompantes. Isso não me assusta. Eu quero dizer o seguinte: querem trazer o Superintendente? Podem trazer! A Comissão de Finanças só dará o parecer por escrito e isso eu não abro mão. As palavras se perdem.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Eu reitero ao Deputado Fregonese que reconsidere a sua posição, uma vez que...

O SR. NILTON BARBOSA - O regime ditatorial já foi.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Desculpe, Senhor Presidente, agora falou-se em regime ditatorial, rindo, o Deputado Nilton Barbosa, rindo do rolo compressor...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos em virtude de tumulto no Plenário).

Esta Presidência transfere a votação do Projeto 279/93 para a Sessão de amanhã.

Esta Presidência suspende a Sessão por cinco minutos até que os ânimos possam ser serenados.

Está reaberta a Sessão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 320/93, de autoria dos Deputados Renato Adur, Heinz Herwig e outros, que autoriza o Poder Executivo a vender, no todo ou em

parte, as ações de seu patrimônio, detidas junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A. SEM PARÊCERES.

Em atenção a requerimento aprovado na última quinta-feira, esta Assembléia será transformada em Comissão Geral para apreciar o parecer do relator designado, Deputado Nereu Moura.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, há mais de sessenta dias esta Assembléia aprovou um requerimento solicitando que a TELEPAR desse explicações a respeito de concorrências e licitações feitas por aquela estatal. Vossa Excelência disse que este Poder não poderia exigir que o Presidente da TELEPAR cumprisse aquilo porque um Governo de Estado não tem poderes sobre a TELEPAR. Como agora podemos votar um projeto de lei que autoriza se vender ações, se o Governo do Estado tem ações? Portanto, cabe ao Poder Legislativo fiscalizar, autorizar venda de ações? Não cabe ao Legislativo exigir que se preste contas da TELEPAR?

Esta a questão de ordem que faço.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A questão de ordem de Vossa Excelência é sem qualquer direito à resposta, porque não tem nem o título de precedência. O poder estadual não tem interferência nas ações administrativas da TELEPAR. As ações que o Poder Executivo possui fazem parte do seu patrimônio. Para alienar qualquer um dos seus bens patrimoniais, precisa de autorização desta Assembléia.

Portanto, lembrando o Deputado Gabriel Manoel, Vossa Excelência está "misturando alhos com bugalhos".

Não procede a questão de ordem de Vossa Excelência.

O DR. ROSINHA - Vossa Excelência tem o Diário da Assembléia...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência já falou em questão de ordem sobre este assunto.

O DR. ROSINHA - É outro assunto. O Diário da Assembléia Legislativa do dia 15 de dezembro de 1992 publicou um requerimento aprovado por este Plenário para que a Mesa da Assembléia Legislativa fizesse a resposta. Requerimento n° 2124. Seis meses depois esta Presidência não cumpriu com o papel que faz. Isto não são "alhos com bugalhos"?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Qual é o assunto do requerimento?

O DR. ROSINHA - Requerimento n° 2124. Diz

o seguinte: em que local se encontra cada um dos veículos registrados em nome da Assembléia legislativa do Estado, quais são os usuários de cada um destes automóveis...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não é pertinente à matéria que está sendo discutida e Vossa Excelência, mais uma vez, está misturando "alhos com bugalhos". Estamos discutindo a questão das ações da TELEPAR e não dos veículos da Assembléia Legislativa.

A palavra está com o relator Nereu Moura.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, há um requerimento na Mesa da sessão anterior onde requeremos o adiamento da discussão desta matéria por dez sessões. Tendo em vista que o autor tomou a iniciativa de retirar...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento foi devolvido à Vossa Excelência naquela sessão para que o projeto não fosse incluído para a votação e Vossa Excelência não reapresentou o requerimento.

A palavra está com o Relator, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - (Lê):

"COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI N° 320/93

P A R E C E R:

Objetiva a matéria em tela autorizar o Poder Executivo a vender as ações de sua propriedade junto à TELEPAR, vinculando o produto de tal alienação à duplicação da BR-376 e à construção de ponte ligando o Estado do Paraná, no Município de Guaíra, ao Estado do Mato Grosso do Sul. Sob o aspecto da constitucionalidade, é de se entender a iniciativa como correta, sendo desta Casa a competência para a apreciação da matéria. Sob o aspecto do mérito, também entende-se como correto, de vez que propiciará a contrapartida de recursos necessários à segurança do tráfego, bem como ao desenvolvimento da economia da região.

Assim sendo, somos de parecer favorável à sua aprovação."

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o parecer do Deputado Nereu Moura. Em votação. Aprovado.

O DR. ROSINHA - Voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado. Está em discussão o projeto. Está em votação.

O DR. ROSINHA - (Questão de Ordem). Tal projeto não deve ser analisado tão somente pela CCJ, mas também pela Comissão de Finanças desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Comissão Geral de Plenário atende a todos os pareceres de todas as comissões da Casa.

Está em votação e concedo a palavra para encaminhar ao Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ingressa para votação Projeto de Lei n° 320/93 de autoria dos Deputados Renato Adur e Heinz Herwig.

Nós estamos ingressando na 2ª discussão da matéria com proposta de Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n° 320/93. O projeto original objetiva autorizar o Executivo a alienar em parte as ações da TELEPAR.

O presente Substitutivo restringe o sujeito ativo do processo de alienação às instituições financeiras públicas do país ou a companhias do Sistema TELEBRÁS. Então, o artigo 1 do Substitutivo fica: O Poder Executivo autorizado a alienar às instituições financeiras públicas do país ou a companhias do Sistema TELEBRÁS as ações de que é titular o Governo do Estado do Paraná junto a TELEPAR. Parágrafo Único: estabelece dispositivo que nos parece fundamental para o pleno exercício das atividades de fiscalização do Poder Legislativo com o seguinte teor:

"O Poder Executivo regulamentará em ato próprio e submeterá à aprovação da Assembléia Legislativa a plenificação, a avaliação das ações e demais procedimentos legais exigidos para alienação".

Este Substitutivo já conta com o apoio dos seguintes Deputados: Líder da Bancada do PMDB e do Governo Renato Adur, Erondy Silvério, Nereu Moura e outros.

A justificativa está posta nos seguintes termos: A natureza estratégica do setor de telecomunicações é o fundamento das alterações introduzidas pelo presente Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n° 320/93. De fato, a negociação em bolsa de quantidade expressiva de ações do Estado do Paraná junto à Telepar implicaria queda bruta no valor das ações hoje cotadas em valor inferior ao valor patrimonial. Além disso, significaria a deflagração do processo de privatização branca da companhia de tudo resultando em prejuízo aos interesses do Paraná e do Brasil.

Preserva o Substitutivo. Os objetivos do projeto original, isto é, garantem a viabilização dos recursos necessários à

consecução das obras indicadas sem contudo, reafringir da esfera pública a quantidade de ações hoje controlada pelo Estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estando a matéria em processo de votação entendemos era importante essa liminar para justificar o voto de todo Plenário nesta primeira discussão onde se aprecia a constitucionalidade para que no mérito possamos introduzir essas alterações resguardando os interesses do Paraná, do país em área estratégica na área das telecomunicações.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós gostaríamos de encaminhar no sentido de aprovação do nosso projeto de lei sem o Substitutivo porque acreditamos que a venda de ações da Telepar para a consecução de duas obras que nós julgamos de maior importância que é a construção da ponte ligando Guaíra ao Mato Grosso do Sul e a duplicação da BR-376 ligando Curitiba a Garuva.

Nós, em conversa com o Sr. Governador do Estado, na presença do líder do Governo Renato Adur e vários Deputados o Governador nos afirmou que para a execução dessas obras seriam necessários a venda de ações da Telepar. Ações da Telepar que o próprio Governador nos disse que o Governo do Estado não consegue nomear nem o porteiro da Telepar. Então, o fato do Governo do Estado ter ações da Telepar não tem influência sobre a Telepar.

É por isso que nós apresentamos o projeto de lei permitindo a venda dessas ações para que se possa ter recursos substanciais para a execução dessas obras. Acharmos que deve ser livre como nas empresas todas as pessoas que queiram participar da compra dessas ações acho que devem participar, porque sabemos muito bem que existe uma Lei muito grande e ela não foi revogada ainda, é a lei da oferta e procura, essa lei, de fato, ninguém revogou ainda, talvez alguns Deputados queiram revogá-la, mas até hoje não se conseguiu, nem a da gravidade, e a lei da oferta e procura diz que quanto mais pessoas participam maior é o valor das coisas que se quer vender, e é por isso que somos favoráveis, para que tanto a iniciativa privada quanto a iniciativa pública possam participar da venda dessas ações.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sobre esse projeto de lei das ações da Telepar

é importante que se faça um esclarecimento, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados. O Estado do Paraná não detém um controle acionário da Telepar, ela é uma Empresa de Sociedade Anônima com controle acionário do Governo Federal, mais de 51% das ações pertence ao Governo Federal. O Estado do Paraná tem uma participação acionária entre cinco e sete por cento destas ações da Telepar. O Governo do Paraná não tem a mínima ingerência sobre a atuação da Telepar no Estado do Paraná, tem sim, um investimento do Estado na companhia, como qualquer empresa privada ou empresa pública pode ter investimento numa empresa pública, o importante com o controle acionário público, o importante, fica aqui a pergunta:

De que vale ter um dinheiro, ter um investimento numa empresa, se as prioridades do Estado, como esta estrada Curitiba a Garuva, que é considerada como rodovia da morte, clamada por toda a população dos Estados do Paraná e Santa Catarina e que é uma rodovia de vital importância para o escoamento da produção e até para resguardar-se a vida humana, como é, também, a importância dessa Ponte de Guaíra que busca trazer o desenvolvimento da nossa região, o que é o pensamento do Estado? Apenas, e tão somente transferir um investimento, um diário que está parado, ocioso numa companhia, não querendo privatizar a companhia, porque não pertence ao controle acionário do Estado do Paraná, mas está apenas abrindo mão de umas ações desta empresa, uma quantia grande que dá perfeitamente para aplicar numa obra de grande importância, de grande alcance social e do desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.

Portanto, nós entendemos, que após os argumentos do Deputado Heinz Herwig que é claramente sabido um Deputado que não faz parte do bloco de sustentação ao Governo, mas que tem funções claras e definidas a respeito da questão viária do Estado do Paraná. O Governo do Paraná, sensibilizado, compreendeu o apelo do Deputado Heinz Herwig como relator da LDO, também do Deputado Nelson Justos, que argumentando com o Governo do Paraná da importância da aplicabilidade dessa verba, o Governo sensível a esse apelo entendeu, compreendeu e resolveu aplicar esse dinheiro ocioso das ações da Telepar para o desenvolvimento através da concretização de uma rodovia que é o sonho de todo nosso Estado.

Portanto, nós entendemos, não estamos aqui fazendo demagogia, não estamos aqui querendo dilapidar o patrimônio público, não estamos aqui querendo tirar as ações da Telepar, tirar do controle do Governo as ações da administração de uma empresa tão importante que é a Telepar, mas, tão

somente, desenvolver o Estado do Paraná e resgatar uma dívida com a nossa população concretizando essas obras, por isso, nós apelamos para a aprovação desse projeto de lei.

Obrigado!

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, eu votarei favoravelmente ao projeto, porque fui um dos Deputados que participou da conversa havida junto com V.Exa. e demais Deputados com o Sr. Governador do Estado.

Quero alertar, o Sr. líder do governo Renato Adur e peço atenção para esse alerta que quero fazer.

Nobre Deputado Renato Adur, V.Exa. tem responsabilidade porque estava presente e o Sr. Governador do Estado deixou bem claro que o produto da venda dessas ações seria aplicado exclusivamente em duas obras prioritárias, a duplicação da BR-376 - Rodovia da Morte e conclusão da ponte sobre o Rio Paraná - em Guaíra.

Eu apoiei, porque é praxe e norma nesta Casa de dar apoio a quantas proposições sejam apresentadas por Srs. Deputados. Eu apoiei o Substitutivo do nobre Deputado Bona Turra, mas ele desvirtua completamente o projeto de lei, porque ele acrescenta maliciosamente no final do artigo "e consecução de outras obras de valor estratégico para o Estado", não foi isso o combinado. O combinado e o Sr. líder do Governo tem responsabilidade na condução da sua bancada, o combinado foi exclusivamente para duas obras prioritárias, portanto na sessão de amanhã votarei contrariamente ao Substitutivo apresentado pelo nobre Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - O Substitutivo de modo nenhum, no que diz respeito à destinação dos recursos altera o conteúdo da proposição original do Deputado Heinz e Deputado Renato Adur, ao contrário mantém integralmente a redação, inclusive neste aspecto, Deputado Erondy Silvério, que afirma que subsidiariamente os recursos poderão ser utilizados em outras obras de natureza estratégica. A expressão natureza estratégica é nova, mas não é nova relativamente a proposição original, a idéia de que o remanescente dos recursos possam ser utilizados para outras obras...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa solicita ao Deputado Bona Turra que se atenha a questão de ordem e não em discussões paralelas.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - A questão de ordem consiste no seguinte, Sr. Presidente, que se faça a leitura do pro-

jeto original para que nós, já que não consta da Ordem do Dia de hoje e apenas da sessão anterior, para que possamos cotejar a redação original com a redação atual e esclarecer de fato esse aspecto que me parece fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tudo isso poderá ser esclarecido até a sessão de amanhã, quando o projeto irá a segunda discussão e os Srs. Deputados terão oportunidade de ler a Ordem do Dia da sessão anterior, de hoje e a da próxima sessão e esclarecer todas as dúvidas.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - A preocupação do PT em momento algum vai contra a idéia de se obter recursos através de um capital debilitado do governo para construção e conclusão de obras estratégicas para o desenvolvimento do Paraná.

A idéia aparente que está no projeto é boa, interessante, o que move a nossa preocupação, quando pedimos o adiamento da discussão, é porque esse projeto chegou de repente, ele sequer havia sido publicado na pauta, ele entrou na Ordem do Dia sem Pareceres, nós não temos as informações mínimas, calculamos que se parte de um volume de recursos enorme.

Eu até aqui quero fazer uso das palavras do Deputado Heinz, nós não vamos revogar a lei da oferta e da procura, nós queremos inclusive saber de cautela como será feita essa venda, será que o governo do Estado vai jogar todas essas ações de uma pancada só na bolsa de ações, no mercado financeiro e de repente essas ações podem ser vendidas abaixo do preço.

O que é que pode efetivamente ocorrer no mercado de ações com a venda desse volume enorme de capital imobilizado.

São indagações que eu entendo naturais e responsabilidade de uma decisão dessa cabe em última essência a nós Deputados.

Então o que é preciso compreender é que a Bancada do PT apenas quer ter conhecimento, oportunidade de refletir, debater sobre a matéria.

Nós, inclusive Senhor Presidente, pedimos estudos para especialistas do mercado de ações para saber o que significa esta autorização, como poderia se proceder, de forma, qual é a melhor forma de se vender estas ações e todas as implicações econômicas e legais. Agora, nós temos que convir: é um patrimônio fabuloso sendo decidido de uma hora para outra. Nós tivemos acesso a este Projeto, Deputado Heinz e Deputado Adur, na última quinta-feira. Quer dizer, é impossível. É a mesma coisa que nós tomarmos a decisão, agora, sobre o Porto de Paranaguá. É quase um trilhão de cruzeiros. Ninguém, aqui, é contra ou quer

impedir o desenvolvimento, a melhoria da qualidade do Porto. Mas, nós estamos lidando com muito dinheiro. E nós precisamos ter um mínimo de cuidado e cautela, nesta questão.

Então, o nosso apelo foi neste sentido. E, vou mais além, ainda: será que esta questão tem que ser decidida, Deputado Heinz e Deputado Adur, com tanta urgência? Ela não mereceria pelo menos um mês de debate e reflexão? Quando pudéssemos convidar representantes da TELEPAR, especialistas do mercado de ações, Secretário de Planejamento do Estado, para nos expor, para nos convencer daquilo que aparentemente é bom? Aparentemente é bom, o Projeto, mas nós não podemos ficar só nas aparências. Precisamos aprofundar esta matéria.

Por isso, nós inclusive já temos à mesa, o Senhor Presidente é testemunha, um requerimento pedindo o adiamento por 10 Sessões. A votação desta matéria, nestas circunstâncias que estavam sendo apresentadas, de afogadilho, nos impõe a obrigação de votar contra a matéria. Não pelo mérito, em que ela possa estar absolutamente correta. Mas, nós queremos apenas nos convencer, termos a certeza disso. É um direito que todos os Senhores Deputados têm, nesta Casa, o de fiscalizar.

Este é acima de tudo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um Poder coletivo. As decisões que a Assembléia Legislativa emana não são decisões solitárias. São decisões coletivas, profundamente democráticas. E é isto o que nós estamos querendo assegurar, sem tirar o mérito, de repente, da idéia iluminada que teve o Deputado Heinz ou o Deputado Renato Adur. Mas, temos que partilhar esta idéia, temos que nos convencer, para que nós possamos, coletivamente, aprovar isso com segurança. É apenas isso o que nós estamos pedindo. De forma alguma é impedir. O que um mês vai representar nisso? A Ponte de Guaíra está parada há quantos anos? Tem casa apodrecendo, lá. Nós sabemos disso, porque é da região oeste. E este corredor da morte há quantos anos se reclama a sua duplicação? Será possível que agora que se encontrou a forma, aparentemente mágica, nós não podemos esperar um mês?

Eu pergunto: quanto é o volume de recursos? Quanto representam as ações da TELEPAR? Quantos milhões de dólares são suficientes para construir a Ponte? É isso o que nós queremos saber. Será que este é o momento oportuno para vender ações da TELEPAR? Será que não são ações que estão em alta, que estão se valorizando, segundo informações preliminares que nós recebemos? Talvez seja melhor vendê-las no final do ano.

Tudo isso são indagações fundamentais,

que nós queremos saber. Por isso, quando nós solicitamos, Senhor Presidente, e eu volto até a fazer um apelo à Mesa, para que coloque nosso Requerimento em votação, para que seja adiado por dez Sessões. Em agosto nós analisamos, aprovamos a matéria, se for confirmado, realmente, aquilo que parece ser, o espírito que está neste Projeto. Nós vamos aprovar com todo o prazer.

Então, eu faço este apelo a Vossa Excelência no sentido que colocasse este Requerimento em votação. Até as autoridades do Projeto, não sei o que pensam o Deputado Heinz, o Deputado Renato Adur, por que não adiar até o início de agosto?

Nós podemos votar. Até lá nós teremos tempo de debater, estudar, refletir sobre esta matéria.

É este o apelo que nós fazemos, no nosso pedido de encaminhamento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu me inscrevo, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, acho louvável a decisão do Senhor Governador do Estado, quando propõe a esta Casa, o pedido de autorização para a venda das ações da TELEPAR.

Nós estamos caminhando para a realidade. Nós vamos sair do papel e vamos para as prioridades que o Paraná deseja e tanto almeja.

Quando se vende as ações e passa a construir uma ponte em que haverá interligação entre o Estado do Mato Grosso do Sul e o Estado do Paraná, podemos dizer de que essa obra será, sem dúvida, uma das obras que marcará a administração do Governador Roberto Requião.

Estamos caminhando para o MERCOSUL, aonde haverá realmente essa necessidade da ligação através da ponte do Rio Paraná.

Quando se fala duplicação da estrada do Paraná/Santa Catarina, todos nós temos ciência e conhecimento de quantas vítimas já ocorreram por falta de uma estrada em melhor condição.

Parabenizo o Deputado Nilton Barbosa pela iniciativa, também, de apresentar um Requerimento para que possa haver a possibilidade de atendimento na continuação da pavimentação da estrada boiadeira, que liga Campo Mourão até o Rio Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados se analisarmos, hoje, a real importância da ponte, que estará eliminando o monopólio das balsas que trafegam no Rio Paraná,

pois há o monopólio do transporte coletivo no nosso Estado.

Se fizermos uma avaliação no dia da inauguração do valor de um veículo, de quanto custa a travessia pelas balsas, e colocarmos, na ponte do Rio Paraná, o pedágio, de 50% a menos do valor real das balsas, estaremos vendendo quanto que o Paraná estaria arrecadando e tendo recursos para melhoria de outras estradas.

Então parabenizo essa decisão do Governo do Estado, acho até de uma forma injusta, mas respeito a opinião de todos os Deputados, aqueles que tiveram a coragem de votar contra um Projeto de tamanho alcance para o nosso Estado. Então, parabenizo aos Deputados que somarem com o Governo nesta brilhante decisão. Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu quero crer que nós estamos aos poucos aqui, transformando esse Projeto a ser analisado num verdadeiro samba do crioulo doido, estamos realmente misturando alhos com bugalhos, me perdoem, mas nós temos aqui neste momento que louvar a iniciativa daqueles que propuseram essa medida, este projeto; e creio que todos os Deputados são favoráveis a tal medida. O que nós não podemos deixar de entender, o que nós não podemos é deixar de colocar as coisas nos seus devidos lugares, realmente o Deputado Dirceu Manfrinato, no discurso de Vossa Excelência, que o caminho é exatamente esse. Ninguém pode ser nessa altura contra a se iniciar a reconstrução da estrada Curitiba a Garuva, e muito menos a ponte sobre o Rio Paraná em Guaíra. É evidente que o Paraná a partir do momento que sente a ausência e a carência de recursos do Governo Federal e detém 5% apenas das ações da TELEPAR, e que pode perfeitamente, de uma maneira prática, objetiva, transformar esse setor central acionário em obras que venham em benefício da nossa sociedade, é evidente que esta Casa não pode votar diferente. O que nós não podemos aqui é misturar esse alhos com bugalhos e nos preocuparmos com o troco, com a sobra. Gente, não sobra nada, nós sabemos que dificilmente vai sobrar alguma coisa. O que nós temos é que priorizar nesse instante e nos atermos com muito cuidado porque sabemos que no orçamento do Governo Federal do ano que vem só serão destinadas verbas para obras de andamento.

Por essa razão é que nós temos que fazer com que nossas obras andem, que as nossas obras iniciem. Por esta razão é que o Deputado Heinz e o Deputado Renato Adur estão ingressando com este pedido. Quanto à privatização, digo, a preocupação de uma privatização branca na TELEPAR, que me

perdoem, ela não tem o menor cabimento, porque a TELEPAR vende as suas ações diariamente nos pregões da Bolsa de Valores.

Portanto, se particulares ou empresas estatais é que vão comprar essas ações, pouco se nos dá. E aí sim vale a lei muito bem citada pelo Deputado Heinz, a lei da oferta e da procura. É evidente que nós temos nesta altura que confiar um pouco que seja na capacidade de direção do Governo do Estado para que ela saiba o momento exato de vender essas ações. Não é porque nós vamos autorizar hoje a venda dessas ações, que amanhã alguém vai à Bolsa de Valores e joga as ações da TELEPAR. É evidente que isto não vai acontecer. Quanto a privatização branca da TELEPAR por 5% que pleiteia o Estado do Paraná, é evidente que qualquer Parlamentar vai preferir que o Governo do Estado deixe de ter 5% das ações da TELEPAR e passe a obras que efetivamente são prioritárias.

Disse muito bem o Deputado Manfrinto que é a hora de se sair do discurso e passar para a prática. Se nós detemos esse capital mobiliário nós podemos perfeitamente transformá-lo em obras em benefício do nosso Estado, nós temos que fazê-lo. O momento da venda não cabe a esta Assembléia. Claro que não. Nós temos simplesmente que autorizar, ratificar e apoiar esse projeto. Quanto ao momento exato cabe sim ao Poder Executivo, aos Secretários pertinentes às pastas em questão.

Por esta razão, Senhor Presidente, eu encaminho favoravelmente ao Projeto do Deputado Renato Adur e do Deputado Heinz e de outros Deputados, e radicalmente contra o Substitutivo que propõe balelas de noção de práticas como a privatização branca, o valor das ações e o troco. O troco, meus Senhores Deputados, não existe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, é bom deixar bem claro que ninguém aqui está entrando no mérito da proposta. Ninguém é contra a duplicação da BR-376, ninguém é contra a construção da ponte.

O que tem que se esclarecer, Senhor Presidente, e eu faço uma indignação à Mesa: qual a data da entrada desse projeto aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná? Eu gostaria que V.Exa. me respondesse para que eu pudesse ter a continuação dos meus argumentos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto foi protocolado e lido no Expediente da Sessão do dia 30 de junho de 1.993.

O SR. ALGACI TÚLIO - Trinta de junho de 1993. É inexplicável, Senhores Deputados, que é um projeto oriundo de dentro da Casa, desta Assembléia Legislativa, com data do dia 30. Hoje estamos com data de 5 de julho. Um projeto que entrou há cinco dias dentro da Assembléia Legislativa, sem passar por uma Comissão, a Assembléia transformada em Comissão Geral à última hora, no penúltimo dia do seu funcionamento, Senhor Presidente. Não é possível admitir isto.

Nós aprovamos aqui Mensagem do Governador do Estado, à última hora encaminhada aqui para o bem do Estado do Paraná. Isto também pode ser. Não se coloca dúvida. Agora, fica esta indagação, Senhor Presidente, é um projeto oriundo da Casa, de autoria de dois Parlamentares, não passou por nenhuma Sessão, foi colocado na penúltima Sessão da Assembléia neste período, para ser votado.

É uma falta de consideração para com esta Casa. E nós não queremos aqui colocar dúvidas, eu repito mais uma vez, ao mérito do projeto, mas à forma como ele está sendo atropelado.

É esta a posição que estou colocando, Senhor Presidente.

O SR. ÉLIO RUSCH (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, na verdade há muitos anos se fala na rodovia da morte. Há muitos anos se fala na conclusão da ponte sobre o Rio Paraná, ligando Guaíra a Mundo Novo, e por consequência ligando o sul do nosso país com o Norte, Mato Grosso do Norte e Rondônia. Já fizemos considerações sobre a ponte de Guaíra, inclusive numa reunião na sala da Presidência com o então Presidente, Deputado Anibal Khury, quando o Governador do Estado - Roberto Requião trazia em 1991 o Orçamento para o Estado do Paraná de 92.

Então o Lourenço Fregonese e nós questionávamos naquela ocasião o Senhor Governador sobre a conclusão da ponte em Guaíra. O Governador dizia que ele tinha disposição e vontade em concluir essa ponte. Foi Guaíra a cidade mais penalizada, sem sombra de dúvida, de todos os Municípios do Paraná que mais sofreu com a construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, tanto é que, infelizmente, aquele povo ordeiro, o povo trabalhador levou a pecha de "cidade fantasma" há questão de algumas semanas atrás, pelo Fantástico, matéria feita pela Rede Globo.

E, nesse momento, quando o Deputado Heinz Herwig e Renato Adur trazem à apreciação desta Casa de Leis uma solução viável, uma solução para resolver dois problemas gravíssimos do nosso Estado, tão gravíssimo, porque a ponte de Guaíra representa muito para a economia do nosso

Estado. E a duplicação da rodovia vai reduzir muito os acidentes e não ceifando, desta forma, a vida de pessoas que diariamente são levadas através desta rodovia.

Na ponte em Guaíra já foram gastos até hoje 20 milhões de dólares, faltam ainda 30 milhões de dólares para a sua conclusão. E o Heinz me mostrava há poucos instantes que as ações que o Paraná tem na TELEPAR representam algo em torno de 22 milhões de dólares.

Não sabemos o custo final da publicação, nem sabemos quanto vai custar com a construção direta e própria do Governo do Estado. Mas nós temos uma proposta viável, uma proposta digna como disse o Líder do Governo, serão serviços prestados à economia do nosso Estado, por isso nós somos a favor da proposta. E vou mais além: está na mesa uma proposta assinada por diversos Deputados, inclusive pelo Deputado autor que destina em seu art. 2º essa verba como sendo prioridade para a construção da Ponte de Guaíra e da duplicação da BR-376. Aí alguém pode dizer que se o Governo do Estado vai construir essas duas obras em parceria com o Governo Federal vai sobrar dinheiro. Se sobrar dinheiro há outros projetos e nós vamos suplementar como estamos fazendo uma suplementação de quase um trilhão de cruzeiros para o Porto e poderemos fazer a mesma coisa também em outros casos.

Por isso eu espero a colaboração, sobretudo desta Casa, com o Projeto do Deputado Heinz Herwig e do Deputado Renato Adur.

Obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Parece que a duplicação da rodovia que liga até Garuva se iniciou no Governo Alvaro Dias onde foram feitas obras de ter-replenagem e parece que as obras estão se perdendo ao tempo e na erosão. As empreiteiras estão com as "burras cheias" e o dinheiro se perdeu, pois, ganharam a obra. É uma informação: parece que são "apenas" vinte e dois milhões de dólares que o Estado tem na TELEPAR.

Eu quero fazer as contas: se precisa 30 para construir a ponte de Guaíra, para terminar mais 30, deve-se quantos mais milhões de dólares para concluir a duplicação da BR. Eu só quero saber se a gente não vai vender a preço de banana as ações da TELEPAR, para depois recomeçar as obras que não vão se acabar e mais um monte de dinheiro se perde.

Por isso eu vou insistir no meu pedido de esclarecimento.

Eu sou favorável à idéia e isso tinha que ficar muito claro aqui, porque ninguém é contra terminar a ponte de Guaíra e ninguém é contra duplicar a rodovia. O que

nós queremos saber, é de que forma isso vai ser feito, de uma forma transparente, de uma forma racional e que preserve o interesse público e isso poderá se dar como um debate mínimo sobre essa matéria e é esse debate mínimo que a plenária exige.

Aliás, eu acho que Vossa Excelência, Senhor Presidente, deveria preservar os direitos do coletivo deste Parlamento, que tem por direito, analisar as idéias e os projetos que são apresentados. Como pode um projeto que não figurou na Ordem do Dia, sem parecer, que entrou na quinta, hoje está sendo aprovado? Eu acho que isso é um direito que nós temos. Nós não queremos...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani, Vossa Excelência já está usando a palavra, pela terceira vez em questão de ordem, em encaminhamento de votação, demonstrando que esta Presidência, diferentemente do que tem manifestado o Deputado Florisvaldo Fier, tem agido de forma democrática, permitindo que os parlamentares coloquem o seu ponto de vista e façam os questionamentos. O Projeto foi publicado na Ordem do Dia da última quinta-feira, não foi votado naquele dia, transferida a sua votação para hoje e na ocasião nós dizíamos que era no sentido e na intenção de que os Senhores Deputados pudessem se informar a respeito. Essa Presidência se antecipou e pediu ao Banco do Estado, através da Corretora, que informassem a esta Presidência e está aí cópia na mão dos Senhores Deputados, da posição acionária que tem o Estado-Fundo de Desenvolvimento Econômicos nas ações da TELEPAR.

Quer dizer, não existe argumento, como diz Vossa Excelência, de que a Presidência está forçando, está impingindo uma ação ditatorial na discussão da matéria, tanto que Vossa Excelência já falou sobre o assunto umas 5 vezes só no dia de hoje.

Então eu concedo a palavra, pela ordem ao Deputado Algaci Túlio, posteriormente ao Deputado Heinz, que pode esclarecer a Vossa Excelência sobre essa sistemática de construção de rodovias, que Vossa Excelência levanta agora.

Posteriormente, está encerrado o encaminhamento de votação e nós iremos apreciar a matéria em primeira votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Temos ouvido pronunciamentos sentimentais de Deputados das regiões atingidas por essas obras. Quero deixar muito bem claro: o PDT, de forma alguma, é contrário a essas obras. Afinal de contas, se hoje se fala em "corredor da morte", na 376, esse título foi dado pela minha pessoa, diante de tantos acidentes naquela região, inclusive do as-

sassinato de uma estudante uruguaia que aconteceu nessa rodovia e assaltos que aconteceram contra um casal de argentinos, também nesta rodovia.

Nós é que demos este apelido de "corredor da morte". O PDT não é contrário a nenhuma das obras, O PDT, apavorado, isto sim: há uma explicação concreta, real daquilo que vai se fazer com as ações. E volto a dizer: é lamentável, é profundamente lamentável que o projeto de iniciativa de um projeto desta Casa, não tenha sido apreciado nas Comissões e venha à última hora, a toque de caixa, para ser apreciado em Comissão Geral.

Esta é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É lamentável, Deputado Algaci Túlio que Vossa Excelência não tenha o mesmo sentimento de ocasiões anteriores, quando nesta Casa também Vossa Excelência fez pronunciamento com efeito emocionado e sentimental, quando contrário à vontade de muitos Deputados do interior o Estado propunha a renegociação da dívida da Cidade Industrial de Curitiba, a dívida da Prefeitura com o governo do Estado. Naquela ocasião, muitos Deputados do interior, ouviram calados e apoiaram o discurso também sentimental de Vossa Excelência.

(Vozes paralelas e tumulto).

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vai falar agora o Deputado Heinz Herwig e após, a votação do Projeto.

(Vozes paralelas e tumulto).

A palavra está com o Deputado Heinz Herwig.

O SR. CÉZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Eu só gostaria que ficasse registrado nesta Casa, quando o Deputado Algaci Túlio cita a Bancada do PDT, discordo deste posicionamento do Deputado Algaci Túlio.

Gostaria de, sempre que projetos que fossem de interesse do Paraná, e que viessem trazer o bem para todo o povo paranaense, que fossem apresentados em um dia e no mesmo dia fossem votados.

Para mim, não importa se esse projeto foi apresentado dia 30, apresentado no dia 2 ou no dia 4, só quero que fique registrado o meu voto de repúdio à posição do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Palavra com o Deputado Heinz...

O SR. ALGACI TÚLIO - Lamento que Vossa Excelência aja desta maneira porque está votando no escuro. Eu não voto no escuro!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Heinz com a palavra.

O SR. HEINZ GEORG HERWIG - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como é difícil ciúmes entre homens! Pensa-se que é só mulher que tem ciúmes, mas homens também têm, e maior.

Eu não sou Deputado desta região, não tenho nenhum voto, mas tem Deputado que parece que é dono da estrada. Nós não somos donos de nada. Nós, como citou muitas vezes o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tínhamos uma idéia, uma idéia de transformar algo que não trazia nada ao Paraná, em alguma coisa que possa trazer benefícios ao Paraná.

Lembramos de duas obras que julgamos, ao longo de nossa vida profissional, inclusive, uma das quais tivemos a oportunidade de iniciar, de se conseguir recursos para que, de uma vez por todas, termine estas obras. E não são duas obras apenas: Ponte ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul, em Guaíra; e a duplicação de Curitiba a Garuva. É só isto que requeremos. São duas obras para as quais não existiam recursos. E nós, em conversa com o Governador Roberto Requião, por ocasião da discussão da LDO, propusemos a ele, que colocasse alguns recursos para estas obras, e ele nos afirmou que o único dinheiro que possuía era se vendesse as ações da TELEPAR. E nós achamos ótimo. Falamos com ele juntamente com o Deputado Renato Adur, o Presidente estava presente, o Nelson Justus, o Erondy estava presente e o Hermas Brandão. Dissemos a ele o seguinte: "Nós vamos defender essa idéia. Porque não há nada mais justo que fazer de alguma coisa que está parada e transformar em obras necessárias ao Paraná."

Aqui todos falam: "sou a favor". Só que isto é conversa mole! É porque ele não é o dono do Projeto. Por que isso? Quer aparecer? Ponha uma melancia no pescoço!

O Projeto é apenas o seguinte, fazer as duas obras. E ponha um anexo no meu projeto, segundo o grande Deputado Algaci Túlio...Eu ponho no meu projeto...

(Vozes acumuladas)

O SR. ALGACI TÚLIO - Não tem nada a ver uma coisa com outra, Deputado.

O SR. HEINZ G.HERWIG - A palavra está comigo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos)

A palavra está com o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Por que a pressa? Por quê a pressa da obra?

Existe uma coisa que se chama Orçamento. E o Orçamento do Governo Federal é feito agora. Para que se coloque dinheiro, em contrapartida no Orçamento, é preciso que haja reordenamento. É por isto que temos de ver a obra já. Se deixarmos para o segundo semestre, não vai ser executada. É isto que eles querem, em cima de coisa que não se executa. Esta é que é a verdade. É ciúme! É ciúme de quem apresentou o projeto. Não tiveram a idéia.

O que nós queremos é simplesmente isto: pegar os recursos que estão parados, da TELEPAR, onde o Estado do Paraná não tem nenhum envolvimento em cima deles, e que se usem estes recursos, que se vendam estes recursos para a execução destas duas obras.

Agora, como o Governo Estadual vai vender? Eu tenho certeza que o Governo Estadual vai vender estas ações da melhor maneira possível, até porque os recursos são necessários. São obras que demandam 18 meses, dois anos, três anos. Mas os recursos não são necessários todos agora. O que o Governo Estadual precisa, é a autorização para vender ações na época oportuna. Colocaram no jornal que as ações valiam 70,90 milhões de dólares, temos por escrito, que as ações da TELEPAR na Bolsa estão cotados hoje, em torno de 22 milhões de dólares. Então o Governo vai verificar quando é melhor para vender.

O que queremos é o apoio dos Deputados. Tivemos vários apartes inteligentes de pessoas que, de fato, pensam no Paraná e não neles mesmos. Se houver outra boa idéia, vamos aprová-la, nem que seja hoje, amanhã ou depois de amanhã.

Muitos Deputados talvez não sabem que a obra, para que tenha contrapartida de recursos federais, tem que ser iniciada, se não, não há contrapartida federal. E os recursos, com a venda da TELEPAR, não dão para executar totalmente, vai precisar de outros recursos. Mas é pelo menos o início. É isto o que a gente quer.

Queria agradecer aos Deputados que fizeram apartes inteligentes. O substitutivo apresentado é uma idéia. Acho que devemos respeitar, eu sou contrário, mas devemos respeitar.

Sou contrário porque acho que o Governo do Estado deve ter a possibilidade de vender estas ações quando achar melhor, quando precisar de recursos para a execução das outras obras. Esta é a idéia. Só isto.

Papai Noel existe, vai sobrar dinheiro da venda. Onde vai ser colocado este dinheiro? Então poderão ser executadas outras obras. Esta é a idéia. Então a idéia é, simplesmente, pegar os recursos da venda das ações da TELEPAR e executar estas obras. É isto que queremos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o projeto.

Aprovado. X

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Pela ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a matéria já está vencida. Se algum Deputado tiver dúvidas peça a verificação de votação.

Quero aproveitar a oportunidade e solicitar de V.Exa. que encaminhe ofício à Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, e ao Governador Pedro Pedrossian comunicando o desejo dos Deputados do Paraná, e que possa também ter uma iniciativa do Governo do Mato Grosso do Sul, através da Assembléia Legislativa do Estado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã iniciamos a segunda discussão da matéria, hoje votamos a constitucionalidade. De fato S.Exa. o Governador do Estado, em conjunto com parlamentares desta Casa, entendeu devesse ser procedida a votação desta matéria, a apresentação do projeto, como foi. Após as vistas deste projeto, tive a oportunidade de levar, à consideração do Sr. Governador, a apreensão quanto ao conteúdo do projeto, especialmente no que diz respeito ao modo de proceder a alienação. As obras indicadas são meritórias, isto é inegável. Como homem do Oeste do Estado, como homem do Paraná, entendo que são obras estratégicas que deveria, o Governo Federal, realizá-las.

Há um problema em relação à Ponte de Guaíra que vamos tratar amanhã, uma concessão que não foi ainda feita ao Estado do Paraná. A CBTO do Grupo Odebrecht que pretende, tem contrato com o Governo Federal para realizar aquela obra por 40 milhões de dólares. Mas esta é uma outra questão.

Após ter apresentado esta questão, e isto é fundamental, após ter apresentado esta apreensão ao Governador do Estado, a ele indiquei, como também aos demais Pares desta Casa, um modo diferente de realizar os mesmos objetivos do Deputado Heinz e do Deputado Renato Adur. E assim então...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, que podemos, a partir de agora, nos debruçar sobre a matéria que é uma matéria estratégica e fundamental para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência está procurando cumprir os

dispositivos do regimento. E a questão de ordem que V.Exa. levanta, nada tem a ver com regimento interno. É pura e tão somente encaminhamento de votação que já foi executada e que V.Exa. poderá encaminhar, apresentar as razões de sua idéia amanhã durante a segunda discussão.

Nós estamos sendo tolerantes com V.Exa. que já encaminhou a votação, já pediu questão de ordem e que vem agora pedir uma questão de ordem totalmente contrário aquilo que diz o regimento interno da Casa. Peço a V.Exa. que conclua sua questão de ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - A questão é simples, Sr. Presidente.

O Ministério da Fazenda estimou, semana passada, essas ações em 22 milhões de dólares. A presidência da TELEPAR entendeu que essas ações valem de 70 a 100 milhões de dólares. E eu afirmo aqui a este plenário da Assembléia e ao Paraná que essas ações valem mais de 1 bilhão de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A sessão está suspensa até que se acalmem os ânimos dos Senhores Deputados.

(suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está reaberta a sessão.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Só para registrar a presença no Plenário dos vereadores de São José dos Pinhais Isis Apelão, Leônidas, Saulo e Dra. Isolde.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Apenas para registrar e louvar a iniciativa dos Deputados Heinz e Renato Adur.

Nós achamos que, de fato, o projeto de lei é de grande interesse ao Estado do Paraná. E o companheiro Algaci Túlio, em momento algum, deixou contrária essa posição da bancada do PDT. O PDT é favorável a esta iniciativa, louva a iniciativa dos nobres Deputados. A única questão que foi deixada registrada aqui pelo Deputado Algaci Túlio era quanto a exeguidade de prazo. Então, nós queremos deixar registrado aqui, e bem claro aqui, que em hipótese alguma, o PDT é contrário a iniciativa e louva, inclusive, a iniciativa dos companheiros Heinz e Renato Adur. Acho que o Paraná precisa sair do discurso e ir para a ação. E hoje a duplicação da BR-376 e a construção da ponte ligando Guaíra é uma realidade que está posta e tem o apoio da bancada do PDT.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Peço a V.Exa. um esclarecimento, se a Mesa da Assembléia observou o Artigo 94 do Regi-

mento Interno que diz: todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na ordem do dia ficarão sobre a guarda da Mesa. Parágrafo 1º - salvo deliberação do plenário, parece que não houve, nenhum projeto entregue à discussão inicial e única na Ordem do Dia sem que figure em pauta, ficando sobre a mesa para conhecimento e estudo...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - ...O projeto de lei deu entrada nesta Casa, foi lido no expediente do dia 30, por iniciativa desse plenário, aprovado por unanimidade, portanto não havendo argumentação de desconhecimento, foi aprovada a transformação da sessão de segunda-feira em Comissão Geral para analisar esse projeto e o Projeto de Lei nº 321/93.

Portanto, não procede a alegação de V.Exa. de descumprimento do Artigo 94, porque a transformação da sessão de hoje em Comissão Geral ampara todos os procedimentos regimentais, portanto, não procede a questão de ordem de V.Exa. e nós estamos analisando o projeto, atendendo a uma manifestação aprovada por unanimidade por esse plenário.

O projeto de lei está aprovado pelos Srs. Deputados.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu estou pedindo esclarecimento com base no Regimento Interno...

(vozes sobrepostas)

Eu quero que V.Exa. apenas diga, para que conste das notas taquigráficas, que o projeto ficou três dias sobre a mesa para conhecimento e estudo e se foi publicado uma vez na pauta.

A questão da transformação em Comissão Geral, data vênha, Sr. Presidente, nós não estamos falando de alhos, estamos falando em bugalhos.

(vozes sobrepostas)

... se isso foi cumprido ou não, apenas isso, Sr. Presidente. Me responda essa indagação feita com base no Regimento Interno, como aliás determina esse próprio instrumento...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já foi respondido por essa Presidência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Gostaria que fosse extensivo também ao Governador de Santa Catarina e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e solicito de V.Exa. para tirar aqueles que ficaram em cima do muro e ver aqueles que são favoráveis às coisas do Paraná, que são favoráveis ao Mercosul que está aí à vista de todo mundo, porque se nós dependermos das exposições do Deputado Ernani Pudell, essa ponte só vai sair no ano

3.000 e eu solicito a V.Exa. verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato, a Mesa procederá a verificação de votação.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - De acordo com o Artigo 50 inciso 3º desejo fazer encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós já procedemos a votação.

Está em processo de verificação de votação.

(vozes sobrepostas)

A Mesa irá proceder a verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu solicito a votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. tem que requer por escrito e ser aprovado pelo Plenário.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - V.Exa. não colocou em votação se o fez...
(vozes sobrepostas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a verificação de votação.
(vozes sobrepostas)

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, registro o voto contrário da Bancada do PT, que é a favor da população e contrária aos que "mordem" as empreiteiras e são favoráveis a elas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Quarenta e um (41) Deputados aprovam e três (03) Deputados rejeitam. Está APROVADO o Projeto nº 320/93.

(Tumulto no Plenário).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/93, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, Heinz Herwig e outros, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação Técnico-Financeira com o Governo do Estado de Santa Catarina, conforme específica. Sem PARECERES.

Solicito ao Deputado Toti Colaço, em atendimento a Requerimento de Sessão Especial, Comissão Geral de Plenário, para que dê seu parecer ao Projeto de Lei nº 321/93.

O SR. TOTI COLAÇO - (Lê): "Parecer da Comissão Geral de Plenário ao Projeto de Lei nº 321/93. Trata a presente proposição

de autorizar a realização de Convênio de Cooperação Técnico-Financeira, com o governo do Estado de Santa Catarina, para possibilitar a realização dos estudos necessários à duplicação da BR-376, tais como a realização do RIMA e outros.

Analisada sob os aspectos de constitucionalidade e de mérito, nada encontramos que obste sua tramitação, pelo que damos parecer favorável à sua aprovação."

É o Parecer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o Parecer do Deputado Toti, em Comissão Geral.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito vistas. Quero ver o Requerimento que está sobre a mesa que estabelece que a Plenária se transforme em Comissão Geral.

Quero ver o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa vai providenciar e suspende a Sessão por alguns instantes.

O SR. DOUTOR ROSINHA - É. Tem que fazer o requerimento e mudar a data, inclusive, porque não existe.

SESSÃO SUSPensa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está reaberta a presente Sessão.

Atendendo ao solicitado, em Questão de Ordem pelo Deputado Florisvaldo Fier, a Mesa apresenta e deixa à mesa, cópia do Requerimento que já foi devidamente analisado pelo Deputado Algaci Túlio e a cópia da ata aprovada no início da Sessão, onde consta a aprovação do Requerimento de Comissão em Geral.

Está em discussão o Projeto. Está em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Pedi pela Ordem a Vossa Excelência se foi observado nesse Projeto o Parágrafo 1º do artigo 94 do Regimento Interno?

Esse é o pedido de esclarecimento que eu faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que tomou todos os procedimentos após a votação e aprovação por unanimidade, e a transformação da Sessão de hoje em Comissão Geral.

Portanto, o Projeto está sendo analisado de acordo com o Regimento da Casa, não existindo nenhuma irregularidade na sua tramitação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Peço apenas a Vossa Excelência que me cite,

desculpe a ignorância, o artigo que diz que a transformação em Comissão Geral suprime as exigências do parágrafo 1º do artigo 94 do Regimento Interno.

Esse é o pedido de esclarecimento que eu faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que tomou todos os procedimentos após a votação e aprovação por unanimidade de transformação da Sessão de hoje em Comissão Geral.

Portanto, o Projeto está sendo analisado de acordo com o Regimento da Casa, não existindo nenhuma irregularidade na sua tramitação.

A palavra está com o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Apenas, em nome da Bancada do Partido Progressista, nós queremos ser solidários a Vossa Excelência pela forma digna que vem presidindo esse Poder Legislativo. É lamentável que aqueles que são contra os interesses do povo do Paraná, votam contra as matérias do povo e depois não têm outros meios, querem ofender o nosso Presidente da Casa.

Lamento profundamente este episódio em nome da nossa Bancada. Mas faço um comparativo Senhor Presidente: se colocarmos na balança Vossa Excelência e o Doutor Rosinha, Vossa Excelência tem muito peso, não só através do seu físico, mas pela sua conduta e sua dignidade.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Quero, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, dizer que nós somos plenamente favoráveis ao estudo, autorizar o Poder Executivo celebrar convênio de cooperação técnica junto com o Governo do Estado, tentando viabilizar a duplicação da chamada "Rodovia da Morte".

Votaríamos a favor do Projeto, e não apenas votaríamos a favor do Projeto, mas queríamos lembrar aqui alguns, que parece não compreender bem e tentar disvirtuar a nossa posição, que foi sempre a de exigir o direito que está no Regimento Interno de conhecimento e estudo das matérias que estão na Ordem do Dia.

São três dias sobre a mesa, mais um na pauta, não mais que uma semana, o que o próprio Regimento assegura a todos os Deputados.

É importante lembrar aqui e perguntar o que aconteceu com essa duplicação que se iniciou no governo do Senhor Álvaro Dias, ou será que alguém aqui não se lembra da terraplenagem que foi feita, a obra ia sair às vésperas da eleição, à véspera da eleição começam entrar as máquinas, os

tratores, e aí dizem aqui: "Precisamos começar logo a obra senão o Governo Federal não põe a parte dele".

Cada parte que o Governo Federal ia colocar na obra que o Senhor Álvaro Dias iniciou na duplicação da BR que vai até Garuva.

Quantos milhões de dólares se perderam naquela terraplenagem que está feita lá, quantos milhões de dólares, alguém aqui pode responder?

Nós somos favoráveis à construção de estrada sim, somos favoráveis ao término das obras.

Agora, nós não somos favoráveis à incompetência, ao desperdício e a corrupção, isso nós não somos favoráveis, e isso tem que ficar registrado aqui: porque nossa Bancada, modéstia à parte Senhor Presidente, podemos ter cometido erros, podemos ter posições equivocadas, podemos ter inclusive posições que não são semelhantes às outras, mas procuramos defender o nosso ponto de vista com coerência, e não nos cedemos ao jogo fácil da demagogia daqueles que amanhã vão distribuir um releasse, que vão começar obras que não vão se encerrar.

Isto nós não fazemos. E nem nós estamos aqui distorcendo posições de outros Deputados. Desde o primeiro momento de encaminhamento desses dois projetos a Bancada do PT pediu apenas um tempo para que nós pudéssemos analisar especialmente o Projeto 320/90, para que nós tivéssemos segurança na nossa posição, conhecimento de causa, noção dos efeitos e das consequências que um projeto desses traz, para depois darmos não só o nosso voto, mas passarmos a defender as boas idéias e aquilo que de bom é apresentado nesta Casa.

Então, quando nós invocamos o direito de conhecer e estudar minimamente uma matéria, isto é confundido com posição contrária a obras estratégicas, posição contrária aos interesses maiores do Estado? Nós não temos, por exemplo, o direito de saber se as ações que a TELEPAR irá vender o Governo do Estado a TELEPAR e o início de uma nova duplicação não vai novamente se perder na erosão com terraplenagem? É isto que nós queremos ter garantias. E isso é uma posição contrária aos interesses do Paraná.

Essa posição é favorável. E aliás parece que pouca gente se dá conta que a função tão importante quanto a do Governo é a função da Oposição, de fiscalizar. Isto é a essência de um regime democrático. É a grande garantia que nós temos para que o dinheiro público não seja aplicado por uma vontade unipessoal ou de pequeno grupo, sem que o conjunto da sociedade possa fiscalizar.

A oposição faz o seu papel. Faz, procura fazê-lo. Com dificuldades, é verdade. Como nós temos aqui, qual a dificuldade maior? O conhecimento da matéria. Desafio aqui algum Deputado a dizer aqui quando a Bancada do PT votou contra algo de interesse do Paraná, que ela tivesse conhecimento. Quando? Quantas votações unânimes de mensagens de Governo, de projetos que nós tivemos nesta Casa, pelo menos 95% das votações feitas na Assembléia foram por unanimidade. Os 5% onde havia dúvida, onde havia diferença de opiniões e ponto de vista.

E eu quero apenas Senhor Presidente, registrar, agora nesse projeto vamos votar favorável sim por uma razão muito simples: este projeto prevê um início de estudos que aliás já estão atrasados no nosso entendimento e não envolve recursos financeiros, não há a necessidade de uma análise mais cautelosa, o que não ocorria no projeto anterior. Isto tem que ficar registrado, porque nós não vamos sair daqui com a pecha de que somos contrários a projetos e idéias. Isto não. O que nós somos é contrários a formas, métodos. Isto nós temos que questionar. E eu acho que isto tem que ficar muito claro.

Por isto, Senhor Presidente, embora não cumprindo os dispositivos do Regimento Interno, o 321/93, mas tendo em vista que esta matéria não envolve recursos financeiros, não envolve maiores problemas e maiores consequências para o patrimônio e o erário público do Estado do Paraná, nós votaremos a favor. Agora na anterior nós fazemos questão de sermos responsáveis e cautelosos. Esta é a nossa função e nós vamos defendê-la até o fim.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. HEINZ HERWIG (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, em primeiro lugar queria comunicar ao Deputado Ernani Pudell que o Governo do Estado nunca colocou recursos na BR-376.

Ele não sabe, não tem obrigação de saber, mas já que ele falou aqui que o Governo Estadual colocou, eu quero dizer para ele que o Governo do Estado nunca colocou recursos na 376.

(Vozes Paralelas).

Os recursos que foram colocados naquela obra foram do Governo Federal. Se ele não sabe, não perguntou, vou dizer para ele aqui agora: eu quero dizer que ele vote contra esse projeto 321, também porque envolve recursos, sim Senhor, está escrito aqui, vamos ler: Projeto de Lei nº 321 que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação técnica-financeira. Envolve dinheiro sim Senhor, Deputado Ernani Pudell. Está escrito aqui.

Vote contra porque envolve dinheiro.

Este projeto é para execução do relatório do impacto ambiental dessa rodovia, em convênio com o ... (ininteligível) envolve dinheiro, vai ter que pagar, ninguém faz de graça, quem faz esse relatório são Engenheiros Agrônomos que são contratados para isso. Então eu vou pedir que eles votassem contra porque envolve dinheiro, o que eu gostaria de encaminhar, é favoravelmente, porque o Relatório de Impacto Ambiental é muito importante em qualquer obra, principalmente numa rodovia que atravessa a Serra do Mar com ela.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente queremos dizer que parece que está faltando respeito entre os senhores parlamentares hoje, principalmente na maneira de se relacionar e respeito da Mesa Executiva com o Presidente da Mesa, com os demais Deputados.

Nós queremos dizer que não somos contra à construção de nenhuma estrada, de nenhuma ponte se ela venha contribuir para diminuir o número de mortes e ela venha contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado.

O que nós somos contra é isso tem que ficar bem claro, principalmente falo por mim, ideologicamente eu sou contra à privatização das estatais de telecomunicações. E esse requerimento, sabe o Deputado Heinz, que nós do PT sabemos que envolve dinheiro sim, Deputado. Dinheiro este que pode ser oriundo de outros locais sem ter que se tirar da Telepar também. Nós votaremos favoráveis porque nós somos favoráveis à construção da estrada e nós queremos que seja feito o RIMA sim, e o RIMA ele é mais seguro até na questão de análise uma vez que não envolve as grandes empreiteiras que passam seus 10% por fora, seus 20% por fora. Está aí o PC Farias para não mentir, está aí a Odebrech e tantas outras empreiteiras e nas quais eu não boto a mão no fogo por nenhuma delas porque eu sei como elas são.

Nós do Partido dos Trabalhadores somos favoráveis a que se realize o RIMA, mas somos favoráveis também que com a mesma veemência que se defende as contas das ações da Telepar, que tenham os Srs. Deputados também a mesma veemência de apurar as irregularidades do Caixa 2 denunciado na Imprensa. Essa veemência os Srs. Deputados não têm por que quem sabe existe mesmo a Caixa 2 e aí pode vir a comprometer alguns conhecidos.

Quanto à questão da obra que se diz que a verba era federal, a placa que tinha lá era do Senhor Álvaro Dias, então ele mentia dizendo que a obra era dele. E também ninguém, nenhum Deputado levantou para explicar porque que até agora está parada

aquela obra e quem é responsável por ela estar paralisada e quem embolsou dinheiro uma vez que há interesse de alguém para embolsar.

Gostaríamos também que não só o RIMA, mas que também dentro dos Poderes cabíveis por esta Assembléia Legislativa fosse também apurado as responsabilidades daquela obra.

Por último, refaço a Questão de Ordem, não misturando alhos com bugalhos. O nosso requerimento está na Mesa há 6 meses e não foi respondido por essa Presidência. Acredito que ela deve fazer isso o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o 321/93. **APROVADO por unanimidade.**

Sobre o Projeto de Lei nº 181/93, requerimento de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/93, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o Exercício de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.O.. Emenda do Poder Executivo através da Mensagem nº 028/93. Com Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, com apoio dos Srs. Deputados Domingos Carvalho, Ademar Traiano, Doutor Rosinha e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Emenda nº 32 do Projeto de Lei nº 130/93. **Deferido.**

A Mesa informa ao Plenário que irá colocar em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento e também existe um requerimento na Mesa solicitando destaque para as emendas: 32, 33, 34, 35, 36 e 37. Esse destaque foi solicitado por número suficiente de Deputados. Portanto, nós aprovaremos o Substitutivo, votaremos o Substitutivo e após iremos apreciar estas Emendas cujo destaque foi solicitado regimentalmente.

Está em discussão o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

Está em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Está aprovado o Substitutivo Geral.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Acredito que talvez a Mesa terá um pouco

de trabalho porque algumas destas Emendas já foram inclusive acatadas no Substitutivo, agora estas umas já foram aprovadas. As demais é que Vossa Excelência terá que colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa suspende a sessão por alguns instantes para conferir quais as emendas que pediram destaque e que já foram aprovadas.

(É suspensa a Sessão)

Está reaberta a Sessão.

Solicito aos Srs. Deputados que retornem ao Plenário para que possamos dar prosseguimento à sessão.

Com a palavra o Deputado Ernani Pudell para modificações no requerimento de pedido de destaque.

O SR. ERNANI PUDELL - Nós mantemos o pedido de destaque apenas para a Emenda de número 32 e rapidamente aproveito para encaminhar dizendo aos Srs. Deputados aqui presentes que o objetivo fundamental dessa Emenda é exatamente atender o que está colocado como prioridade no Governo.

No Art. 2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, coloca a questão da saúde, da educação, segurança, habitação popular como as prioridades fundamentais do Estado. E quando fomos analisar os limites dos percentuais que o Governo do Estado pretende aplicar nesses setores, nós observamos que está sendo anunciado apenas o limite máximo e não consta o limite mínimo, ou seja, uma quantidade percentual mínima a ser aplicada nesses setores considerados prioritários pelo próprio Governo.

O que nós pretendemos com a Emenda é exatamente, especificamente no que se refere à saúde, assegurar que seja, no mínimo, investido 6% do orçamento do Estado nesse setor e na educação, 5%. Essas são as questões fundamentais. Nós estaríamos assegurando 11% como percentuais mínimos entre saúde e entre habitação popular. Na questão da educação, obviamente, já existe dispositivo constitucional que assegura um mínimo de 25%, que por sinal, nem o governo do Estado vem respeitando, segundo informações do Tribunal de Contas, mas nós pretendíamos também, com essa emenda, tornar exigível, esse percentual mínimo de investimento.

Esse é o encaminhamento que nós damos e pedimos a aprovação dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, como relator da LDO deste ano, comunico aos

colegas Deputados que essa emenda não foi acatada. As outras 5 emendas do PT foram acatadas, no Substitutivo e essa única emenda não foi acatada, porque ela não atende à Constituição Federal. A única coisa que pode se vincular, segundo a Constituição, é a educação.

Então, não adianta o relator, simplesmente para atender ao PT ou achar importante ter mais dinheiro para saúde, para casa popular, e acho importantíssimo isso, só que não é constitucional. Só isso. É um pequeno detalhe que foge às ponderações do relator, mas que o relator não tem condições de atender.

Por isso, vou encaminhar contrário à aprovação dessa emenda do PT, porque é contra a Constituição. Apenas por isso, porque como idéia, ela é ótima.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Naquele seminário que nós debatemos a LDO e a Lei Orçamentária, o Secretário Passos, presente, quando levantamos essa questão, disse que o governo via com bons olhos, estabelecer mínimos, naquilo que é prioritário e que o governo vem batendo isso e estava propenso, nesta LDO, já encaminhar dessa maneira com a fixação de mínimo e não foi feito e eles estudariam essa possibilidade de, daqui para frente, estabelecer isso.

Portanto, o PT não fez com olhos vendados ou achando que o que estava se fazendo seria inconstitucional. O próprio governo reconhece a necessidade, ao fixar prioridades.

O Senhor Secretário assim falou.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Emenda de nº 32 que foi encaminhada favoravelmente pelo Deputado Rosinha e Ernani e contrariamente pelo relator, Deputado Heinz.

Os Deputados que forem favoráveis à emenda, permaneçam como estão.

Os contrário se levantem.

REJEITADA A EMENDA.

Está aprovado o Substitutivo e o Projeto irá à 3ª discussão na sessão de amanhã.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2519, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Duílio Genari, Nelson Garcia, Oswaldo Trevisan e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2514, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2588, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de nº 2516, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2545, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2471, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O DR. ROSINHA - Estes projetos dizem respeito a que?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Crédito suplementar à FASPAR e crédito suplementar ao Porto de Paranaguá.

O DR. ROSINHA - Para entrar na Ordem do Dia de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exato.
Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. RENATO ADUR - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada nominal)

Responderam a chamada 32 Deputados. Há quórum.

Em votação requerimento Deputado Renato Adur.

Para encaminhar Deputado Erondy Silvério.

SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, o projeto 181 está em diligência no Tribunal de Contas do Estado, requerido por um membro da C.C.J.. Enquanto não se processar essa diligência não há como V.Exa. colocar em votação uma matéria controversa como esta que visa provocar um déficit no exercício de 91. Ora, esse déficit deveria ter sido absorvido no exercício de 92, jamais no exercício de 93. Então o projeto está totalmente irregular. As despesas em casas assistenciais já foram realizadas à conta do Tesouro do Estado.

Então o Estado pode esperar mais 25 dias para o Tribunal de Contas realizar a diligência referida pelo nobre Deputado Colombino Grassano. V.Exa. não pode violentar desta forma o Regimento Interno da Casa. Não pode querer forçar votar uma ma-

téria desta natureza em regime de urgência quando ele está em diligência no Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, eu apelo a V.Exa. para que retire o 181 do requerimento de regime de urgência.

O nobre Deputado Renato Adur já está ciente do que foi requerido na C.C.J., e que não foi deferido ainda em consideração à liderança do Governo do Estado. Mas, eu posso deferir nesse momento a diligência junto ao Tribunal de Contas do Estado e V.Exa. aí não terá forças nem regimental, nem constitucional para votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa responde inicialmente o encaminhamento de votação do Deputado Erondy Silvério.

A Mesa não feriu nenhum dispositivo regimental ao colocar a matéria na Ordem do Dia porque não tinha conhecimento do pedido de diligência.

Inclusive, o Deputado Erondy diz que se for esse o entendimento da liderança ele deferirá o pedido de diligência do Deputado Colombino.

Portanto, a Mesa não feriu nenhum dispositivo do regimento ao colocar a matéria na Ordem do Dia porque a Mesa colocou em Comissão Geral conforme aprovado na sessão da última quinta-feira, portanto a Mesa não feriu nenhum dispositivo regimental.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós pedimos a V.Exa. que seja estendido mediante um acordo com o Deputado Erondy Silvério, nós pedimos a retirada desse projeto, com 5 sessões e nesse período nós aguardaremos uma nova reunião da C.C.J. para que seja apreciado pela Comissão, segundo acordo com o Deputado Erondy Silvério e mediante o indeferimento ou não deferimento do requerimento do Deputado Colombino Grassano.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento para adiar por cinco sessões V.Exa. apresentará somente na sessão de amanhã, quando o projeto figurará na Ordem do Dia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - V.Exa. sabia, porque particularmente mostrei a V.Exa. o requerimento do nobre Deputado Colombino Grassano, portanto V.Exa. tinha conhecimento do pedido de audiência junto ao Tribunal de Contas do Estado. Vou deferir neste momento, porque não há necessidade de reunir a C.C.J., a Presidência tem poderes para deferir neste instante o requerimento...

Eu vou deferir neste instante o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa colocará em votação o requerimento já em Verificação de Votação.

Requerimento de Regime de Urgência para os Projetos 181/93 e 279/93.

Aprovado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Houve um equívoco com o Deputado Erondy Silvério, realmente 5 sessões automaticamente esse processo vai ficar para o mês de agosto, este projeto de lei, então o Deputado Erondy Silvério acaba de concordar e vai aguardar a nossa decisão na C.C.J., na reunião do mês de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimentos de n°s 2476 a 2484, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2501 a 2513, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2499 e 2520 a 2543, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2485, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2472, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2473, de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2474 e 2475, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2486 e 2487, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2496, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2497, de autoria do

Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2517, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2498, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 2489 a 2494, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em votação.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2459-D, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2459-E, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 130/93.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 164/93 e dos Projetos de Lei n°s 256, 320 e 321/93.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 181 e 279/93.

Levanta-se a sessão.